GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA FAZENDA

Colégio M0001 | Sala 0001 | Ordem 0001

Novembro/2026

Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina – SEFAZ/SC
Concurso Público para o Provimento de Vagas Para o Cargo de Auditor Estadual de Finanças Públicas
Ciências Contábeis

Nome do Candidato: Caderno de Prova 'C03', Tipo 003

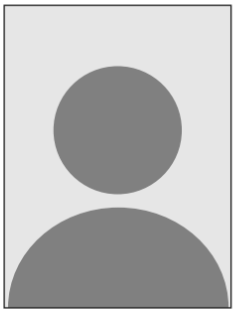
Nº de Inscrição: MODELO

Nº do Caderno: TIPO-003

Nº do Documento: 0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA 2: PROVA OBJETIVA
Conhecimentos Específicos



INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase abaixo, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Platão, discípulo de Sócrates, criou a Teoria das Ideias e fundou a Academia de Atenas.

- Verifique se este caderno contém 100 questões numeradas de 1 a 100.
  Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
  Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: Ⓐ ● Ⓒ Ⓓ Ⓔ

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-textos, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação com outras pessoas ou utilizando-se de livros, anotações, códigos, manuais, notas ou impressos não permitidos, máquina calculadora ou similar, nem qualquer espécie de aparelho eletrônico.
- A duração da prova é de 5 horas, para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

Contabilidade Aplicada ao Setor Público

1. Na elaboração das demonstrações contábeis de X1, a equipe de contabilidade do Estado Gama analisa:

   1. Uma rodovia construída e mantida pelo Estado, de uso gratuito pela população;

   2. A promessa, feita pelo governador durante a campanha eleitoral, de construir um hospital, sem qualquer ato posterior que a formalize;

   3. A indenização devida a ex-servidores, prevista em lei, cujo fato gerador ocorreu em X1; e

   4. O poder genérico de instituir tributos em exercícios futuros.

   Dessa análise, conclui-se corretamente que

   (A) a rodovia somente poderá ser reconhecida como ativo se o Estado detiver a propriedade legal do terreno em que foi construída.

   (B) o poder de instituir tributos em exercícios futuros constitui ativo, por representar recurso controlado capaz de gerar benefícios econômicos.

   (C) a promessa eleitoral constitui passivo, pois cria na população expectativa válida quanto à construção do hospital.

   (D) a promessa eleitoral, por si só, não gera passivo, pois não cria obrigação presente cuja liquidação o Estado não possa evitar.

   (E) a indenização prevista em lei somente constituirá passivo quando for firmado acordo específico com cada ex-servidor beneficiado.

---

2. Durante a revisão da introdução do relatório contábil anual de um órgão estadual, um auditor encontrou afirmações sobre os usuários dos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPGs) e sobre a finalidade desses relatórios. Questionado por um servidor desse órgão sobre essas afirmações, o auditor concluiu corretamente que

   (A) a prestação de contas e responsabilização (*accountability*) é objetivo acessório dos RCPGs, subordinado ao de subsidiar a tomada de decisão.

   (B) os RCPGs destinam-se prioritariamente a credores e investidores, cujas decisões dependem da avaliação do retorno financeiro da entidade.

   (C) os RCPGs atendem prioritariamente aos órgãos de controle externo, que podem requisitar à entidade as informações específicas de que necessitam.

   (D) seus usuários primários são os usuários de serviços e os provedores de recursos, e seus representantes, sem poder de exigir informação sob medida.

   (E) o RCPG restringe-se às demonstrações contábeis, excluídas as informações sobre execução orçamentária, desempenho na prestação de serviços e perspectivas.

---

3. Na elaboração dos Relatórios Contábeis de Propósito Geral (RCPGs) de uma entidade estadual, a equipe de contabilidade adotou as seguintes condutas:

   I. Divulgou os relatórios antes da conclusão da revisão integral dos saldos, para cumprir o prazo legal, sem comprometer a representação fidedigna.

   II. Agregou itens de natureza semelhante, individualmente imateriais, sem ocultar informação material.

   III. Manteve as mesmas políticas contábeis adotadas no exercício anterior.

   IV. Incluiu em notas explicativas o significado dos termos técnicos utilizados.

   Ao revisar essas condutas, o contador-geral do Estado verificou que a

   (A) explicação dos termos técnicos atende à primazia da essência sobre a forma, característica qualitativa autônoma da Estrutura Conceitual.

   (B) materialidade é restrição à informação incluída nos RCPGs, ao lado do custo-benefício e do equilíbrio entre as características qualitativas.

   (C) materialidade é característica qualitativa da informação, ao lado da relevância e da representação fidedigna, e justifica a agregação dos itens.

   (D) manutenção das mesmas políticas contábeis caracteriza a uniformidade, tratada pela Estrutura Conceitual como sinônimo de comparabilidade.

   (E) divulgação antes da revisão integral relaciona-se à verificabilidade, característica que exige a confirmação direta de cada saldo informado.

4. No exercício de X2, o Estado Exotérico identificou as seguintes situações:

I. Alteração do método de depreciação das máquinas, do linear para o de unidades produzidas, em razão de mudança no padrão esperado de consumo dos benefícios.

II. Constatação de que a depreciação dos prédios não foi registrada no exercício de X1, por falha material de processamento.

III. Revisão da vida útil remanescente dos veículos, com base em novo laudo técnico.

IV. Início da aplicação de nova NBC TSP que não contém disposições transitórias específicas.

Ao analisar essas situações, a contadoria concluiu que os efeitos devem ser reconhecidos de forma prospectiva APENAS nas situações

(A) III e IV.

(B) I, II e III.

(C) II e IV.

(D) I e IV.

(E) I e III.

---

5. Em X1, certo Estado recebeu de outro ente federativo R$ 10,00 milhões para a construção de um hospital, com cláusula que exige a devolução dos recursos não aplicados no objeto, e R$ 4,00 milhões com destinação obrigatória à compra de ambulâncias, sem cláusula de devolução. No mesmo exercício, ocorreu o fato gerador de tributo estadual, mensurável de forma confiável, cuja arrecadação ocorrerá em X2. No registro dessas operações sob o enfoque patrimonial,

(A) os dois valores devem ser tratados como receita de transação com contraprestação, reconhecida conforme o estágio de execução dos objetos.

(B) os dois valores recebidos devem ser reconhecidos integralmente como receita no recebimento, por decorrerem de transações sem contraprestação.

(C) o valor recebido para o hospital deve ser reconhecido como passivo e transferido para receita à medida que a condição for satisfeita.

(D) o valor destinado à compra de ambulâncias deve ser mantido no passivo até que os veículos sejam adquiridos e incorporados ao patrimônio.

(E) a receita do tributo estadual deve ser reconhecida somente em X2, no momento da arrecadação, por depender do ingresso dos recursos.

---

6. Em 31/12/X1, a Secretaria de Infraestrutura do Estado Taffarix identificou a existência de ação de indenização movida por empresa contratada, com perda provável e valor estimado com confiabilidade; ação civil pública ambiental, com perda possível; ação de cobrança movida pelo Estado contra fornecedor, com ganho provável; e obrigação solidária com dois Municípios, relativa à obra conjunta, cuja maior parte se espera seja liquidada pelos Municípios. No encerramento do exercício, a Secretaria deve, entre outros procedimentos, reconhecer

(A) provisão pelo valor integral da obrigação solidária, inclusive a parcela a ser liquidada pelos Municípios.

(B) provisões para as ações de indenização e ambiental, por se tratar de obrigações decorrentes de eventos passados.

(C) provisão para a ação de indenização e divulgar, em notas explicativas, a ação ambiental e a ação de cobrança.

(D) provisão para a ação de indenização e ativo para a ação de cobrança, em razão da probabilidade de ganho.

(E) provisão para a ação de indenização, sem divulgar a ação ambiental, por não haver saída provável de recursos.

---

7. Em 2026, o Estado Um passou a mensurar seus hospitais pelo valor corrente operacional. O Hospital Norte do Estado Um foi construído em 2009 por R$ 60,00 milhões e reformado em 2024 por R$ 30,00 milhões. Com a reforma, passou a ter capacidade, padrão tecnológico e vida útil remanescente equivalentes aos do Hospital Sul também do Estado Um, inaugurado em 2024 ao custo de R$ 150,00 milhões.

O Estado Dois, vizinho, constrói hospitais equivalentes por valor cerca de 20% inferior, porque produz em fábrica própria as estruturas pré-moldadas.

Ao revisar as mensurações do Estado Um, o Auditor de Finanças e Controle afirmou corretamente que

(A) os hospitais Norte e Sul tendem a ser apresentados por valores semelhantes nas demonstrações.

(B) o Hospital Norte deve ser mensurado pelo valor que o Estado Um obteria com a sua venda.

(C) a mensuração dos hospitais é verificável independentemente da técnica de estimativa usada.

(D) os valores inferiores apurados pelo Estado Dois para hospitais semelhantes indicam erro de mensuração.

(E) o menor custo de construção do Estado Dois reduz o valor dos ativos, mas não o custo dos serviços.

8. Certo Estado arrecadou R$ 900.000,00 de IPVA, cujo crédito tributário já havia sido reconhecido por competência. Considere apenas a arrecadação bruta, sem quaisquer deduções. Os registros contábeis da arrecadação desse valor, nas naturezas de informação patrimonial, orçamentária e de controle, são, respectivamente:

(A) Patrimonial: Débito em Caixa e Equivalentes de Caixa / Crédito em Créditos Tributários a Receber
Orçamentária: Débito em Receita a Realizar / Crédito em Receita Realizada
Controle: sem registro, por se tratar de recurso não vinculado

(B) Patrimonial: Débito em Caixa e Equivalentes de Caixa / Crédito em VPA – Impostos
Orçamentária: Débito em Receita a Realizar / Crédito em Receita Realizada
Controle: Débito em Controle da Disponibilidade de Recursos / Crédito em Disponibilidade por Destinação de Recursos

(C) Patrimonial: Débito em Caixa e Equivalentes de Caixa / Crédito em Créditos Tributários a Receber
Orçamentária: Débito em Previsão Inicial da Receita / Crédito em Receita a Realizar
Controle: Débito em Controle da Disponibilidade de Recursos / Crédito em Disponibilidade por Destinação de Recursos

(D) Patrimonial: Débito em Caixa e Equivalentes de Caixa / Crédito em Créditos Tributários a Receber
Orçamentária: Débito em Receita a Realizar / Crédito em Receita Realizada
Controle: Débito em Controle da Disponibilidade de Recursos / Crédito em Disponibilidade por Destinação de Recursos

(E) Patrimonial: Débito em Caixa e Equivalentes de Caixa / Crédito em Créditos Tributários a Receber
Orçamentária: Débito em Receita a Realizar / Crédito em Receita Realizada
Controle: Débito em Disponibilidade por Destinação de Recursos / Crédito em Controle da Disponibilidade de Recursos

9. As demonstrações contábeis de 31/12/X1 do Estado Tetra foram autorizadas para emissão em 20/03/X2. Entre essas datas, ocorreram os seguintes eventos:

I. Em 15/02/X2, sentença judicial confirmou obrigação que o Estado já possuía em 31/12/X1, em valor superior ao da provisão registrada.

II. Em 10/02/X2, incêndio destruiu um almoxarifado do Estado.

III. Em 05/02/X2, descobriu-se erro de cálculo que tornava incorretos saldos das demonstrações de X1.

IV. Em 01/03/X2, o valor de mercado de investimentos caiu em razão de fatos ocorridos em X2.

Na análise desses eventos pela contadoria do Estado, originam ajuste nas demonstrações de X1 APENAS os eventos

(A) II, III e IV.

(B) I e III.

(C) I, II e III.

(D) II e IV.

(E) I e IV.

10. Em 31/12/X1, um Município inscreveu em restos a pagar processados R$ 80.000,00 em empenhos liquidados e não pagos, relativos a serviços de manutenção efetivamente prestados. Em março de X2, por insuficiência de caixa, um decreto municipal cancelou esses restos a pagar, sem que o direito do credor tivesse sido extinto.

Considerando apenas esses dados, sem análise sobre a legalidade da medida de cancelamento, a contabilidade irá

(A) manter a obrigação no passivo e reconhecer nova variação patrimonial diminutiva quando do pagamento como despesa de exercícios anteriores.

(B) estornar a variação patrimonial diminutiva reconhecida em X1, em contrapartida da baixa da obrigação com o fornecedor.

(C) baixar a obrigação do passivo em contrapartida de variação patrimonial aumentativa de ganho com desincorporação de passivos, sem interferência em contas de execução de restos a pagar.

(D) estornar a despesa orçamentária empenhada e liquidada em X1, restabelecendo a dotação orçamentária daquele exercício.

(E) registrar o cancelamento nas contas de execução de restos a pagar processados e manter a obrigação no passivo, sem reconhecimento de variação patrimonial aumentativa.

11. Em 31/12/X1, o Estado Kapa registrou: obrigação com fornecedor relativa a despesa já empenhada e liquidada; férias de servidores reconhecidas por competência e ainda não empenhadas; valor a receber de autarquia integrante do orçamento fiscal do próprio Estado; e valor a receber de Município, decorrente de convênio. No tratamento desses saldos, quanto aos atributos das contas e à consolidação,

(A) o valor a receber da autarquia deve ser registrado em conta de 5º nível “intra-OFSS”, cujo saldo é eliminado na consolidação do ente.

(B) a obrigação relativa às férias ainda não empenhadas deve ser registrada com o atributo F (financeiro) do indicador do superávit financeiro.

(C) a obrigação com o fornecedor deve ser registrada com o atributo P (permanente), pois somente será paga no exercício seguinte.

(D) os saldos a receber da autarquia do próprio Estado somente serão eliminados na consolidação das contas do setor público nacional.

(E) o valor a receber do Município deve ser registrado em conta de 5º nível “intra-OFSS”, por envolver operação entre entes da Federação.

12. Em 31/12/X1, o Balanço Patrimonial do Município Xi apresentava os seguintes saldos (em R$):

- Caixa e equivalentes de caixa: 8.000,00
- Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo: 4.000,00
- Créditos tributários a receber: 6.000,00
- Dívida ativa tributária: 10.000,00
- Estoques: 1.500,00
- Imobilizado: 50.000,00
- Fornecedores por despesas empenhadas e liquidadas: 3.000,00
- Depósitos de terceiros (consignações e cauções): 1.000,00
- Obrigações trabalhistas reconhecidas por competência e ainda não empenhadas: 1.200,00
- Empréstimos a longo prazo: 20.000,00
- Provisões para riscos judiciais: 3.000,00

Havia, ainda, restos a pagar não processados a liquidar de R$ 2.500,00, não registrados no passivo patrimonial.

O superávit financeiro apurado foi de

(A) R$ 8.000,00

(B) R$ 5.500,00

(C) R$ 2.500,00

(D) R$ 4.300,00

(E) R$ 1.500,00

13. O Balanço Orçamentário de um ente público, relativo ao exercício de X1, apresentou os seguintes dados (em R$ milhões):

- Previsão inicial da receita: 9.800,00
- Previsão atualizada da receita: 9.950,00
- Receita realizada: 10.000,00
- Dotação inicial: 9.800,00
- Créditos adicionais abertos no exercício, 500,00 – dos quais 150,00 por excesso de arrecadação e 350,00 com base no superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior;
- Dotação atualizada: 10.300,00
- Despesa empenhada: 10.200,00
- Despesa liquidada: 9.900,00
- Despesa paga: 9.600,00

Considerando o regime orçamentário aplicável ao setor público, o resultado orçamentário de X1 correspondeu a

(A) superávit de R$ 150,00 milhões.

(B) déficit de R$ 300,00 milhões.

(C) déficit de R$ 250,00 milhões.

(D) déficit de R$ 200,00 milhões.

(E) superávit de R$ 100,00 milhões.

14. Em relação ao Balanço Financeiro de um ente público do exercício de X1, os seguintes dados (em R$) foram apurados:

- Saldo em espécie proveniente do exercício anterior: 1.200,00
- Receita orçamentária arrecadada: 50.000,00
- Transferências financeiras recebidas: 3.000,00
- Transferências financeiras concedidas: 2.700,00
- Despesa orçamentária empenhada: 51.000,00 – da qual 1.500,00 foram inscritos em restos a pagar processados e 2.000,00 em restos a pagar não processados;
- Depósitos de terceiros (cauções): recebidos 400,00 e devolvidos 300,00
- Pagamento de restos a pagar de exercícios anteriores: 2.200,00

O saldo em espécie para o exercício seguinte foi de

(A) R$ 4.100,00

(B) R$ 1.600,00

(C) R$ 700,00

(D) R$ 1.800,00

(E) R$ 1.900,00

15. Em 01/04/X1, o Estado Retumbante adquiriu um veículo por R$ 300.000,00, que na mesma data ficou disponível para uso, embora só tenha começado a ser efetivamente utilizado em 01/07/X1. Estimaram-se vida útil de 8 anos e valor residual de R$ 60.000,00, com depreciação pelo método linear. Em 01/01/X3, nova avaliação técnica indicou vida útil remanescente de 4 anos e valor residual de R$ 30.000,00.

A variação patrimonial diminutiva de depreciação do veículo no exercício de X3 foi de

(A) R$ 67.500,00

(B) R$ 56.250,00

(C) R$ 54.375,00

(D) R$ 46.875,00

(E) R$ 61.875,00

16. Em X1, o Estado Optimus Tributos realizou as seguintes transações:

- Reconhecimento da depreciação de bens móveis;
- Alienação de veículo com ganho em relação ao valor contábil;
- Recebimento de recursos de operação de crédito interna;
- Aquisição de imóvel à vista;
- Recebimento de transferência corrente da União;
- Pagamento de amortização da dívida contratual.

Na elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) e da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) de X1,

(A) o pagamento da amortização da dívida contratual deve ser apresentado como desembolso das atividades operacionais na DFC.

(B) a depreciação deve ser apresentada como desembolso das atividades operacionais na DFC, por reduzir o resultado patrimonial do exercício.

(C) a aquisição do imóvel deve ser apresentada como variação patrimonial diminutiva na DVP e como fluxo das atividades de investimento na DFC.

(D) o recebimento da operação de crédito é fluxo das atividades de financiamento e não afeta a DVP, por se tratar de fato permutativo.

(E) o recebimento da transferência corrente da União deve ser apresentado como fluxo das atividades de investimento na DFC.

17. Ao revisar a minuta das notas explicativas de certo ente estadual, um auditor observou que o passivo atuarial do regime próprio de previdência foi mensurado com premissas de taxa de desconto e de mortalidade que apresentam risco significativo de provocar ajuste material em seu valor contábil ao longo do exercício seguinte.

Quanto a esse passivo, o auditor constatou que as notas explicativas devem

(A) informar os pressupostos sobre o futuro e as demais fontes de incerteza da estimativa, com a natureza e o valor contábil do passivo na data das demonstrações.

(B) apresentar as projeções orçamentárias das despesas previdenciárias dos exercícios seguintes, que suprem a divulgação das premissas adotadas.

(C) conter a análise de sensibilidade do valor contábil às premissas, em substituição à indicação da natureza e do valor contábil do passivo.

(D) incluir as premissas atuariais entre os julgamentos da administração na aplicação das políticas contábeis, dispensada a divulgação das fontes de incerteza das estimativas.

(E) omitir a divulgação sobre a incerteza caso seja impraticável quantificar os possíveis efeitos de alterações nas premissas.

18. Um Estado possui estoque relevante de dívida ativa tributária. Em X1, foram inscritos em dívida ativa créditos tributários já reconhecidos como ativo por competência; houve atualização monetária, juros e multas sobre o estoque; parte dos créditos foi recebida e parte foi cancelada por prescrição. Estudo de recuperabilidade indicou perda esperada significativa.

No tratamento contábil desses fatos,

(A) a inscrição em dívida ativa pode anteceder a apuração da liquidez e certeza, que será verificada na fase de cobrança.

(B) a inscrição dos créditos em dívida ativa gera receita orçamentária no exercício, pela realização do direito do Estado.

(C) o ajuste para perdas da dívida ativa é registrado em conta redutora do ativo, em contrapartida a VPD, sem reflexo orçamentário.

(D) o ajuste para perdas da dívida ativa deve ser registrado como dedução da receita orçamentária de dívida ativa arrecadada no exercício.

(E) os juros e multas sobre a dívida ativa somente podem ser reconhecidos como VPA por ocasião do recebimento efetivo.

19. Em treinamento sobre execução orçamentária oferecido aos servidores de uma secretaria estadual, o Auditor de Finanças Públicas, após o estudo das normas que regem o sistema orçamentário brasileiro, afirmou corretamente:

(A) é admitido o adiantamento a servidor responsável por dois adiantamentos ainda não comprovados, desde que o novo se destine a despesa que não possa subordinar-se ao processo normal de aplicação.

(B) reverte à dotação a importância de despesa anulada após o encerramento do exercício em que foi empenhada.

(C) a despesa anulada após o encerramento do exercício considera-se receita do ano em que se efetivar a anulação.

(D) salvo determinação em contrário da lei que o instituiu, o saldo positivo de fundo especial reverte ao caixa único do Tesouro.

(E) todas as receitas públicas são objeto de lançamento, ato que antecede a sua arrecadação.

---

20. Um ente público reconhece mensalmente, por competência, 1/12 do 13º salário de seus servidores. O empenho e a liquidação da despesa ocorrem em dezembro, quando é efetuado o pagamento.

Considerando essas informações, os impactos nas contas de natureza de informação patrimonial, referentes à apropriação mensal e ao empenho e liquidação em dezembro são, respectivamente:

(A) Apropriação mensal: Débito em Crédito Empenhado a Liquidar / Crédito em 13º Salário a Pagar (P)
Empenho e liquidação: Débito em 13º Salário a Pagar (P) / Crédito em Caixa e Equivalentes de Caixa (F)

(B) Apropriação mensal: Débito em VPD – 13º Salário / Crédito em 13º Salário a Pagar (P)
Empenho e liquidação: Débito em 13º Salário a Pagar (P) / Crédito em 13º Salário a Pagar (F)

(C) Apropriação mensal: Débito em VPD – 13º Salário / Crédito em 13º Salário a Pagar (F)
Empenho e liquidação: sem registro patrimonial

(D) Apropriação mensal: sem registro patrimonial
Empenho e liquidação: Débito em VPD – 13º Salário / Crédito em 13º Salário a Pagar (F)

(E) Apropriação mensal: Débito em VPD – 13º Salário / Crédito em 13º Salário a Pagar (P)
Empenho e liquidação: Débito em VPD – 13º Salário / Crédito em 13º Salário a Pagar (F)

---

21. Em X1, um Estado arrecadou R$ 100.000,00 de ICMS, dos quais 25% pertencem aos Municípios. Sobre a parcela pertencente ao Estado incide a destinação de 20% à formação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). No mesmo exercício, o Estado recebeu R$ 12.000,00 do FUNDEB.

Sob o enfoque orçamentário, a parcela destinada à formação do FUNDEB e o valor recebido desse Fundo devem ser registrados, respectivamente, como

(A) dedução da receita orçamentária de R$ 15.000,00; e estorno parcial dessa dedução, de R$ 12.000,00, sem registro de receita.

(B) dedução da receita orçamentária de R$ 3.000,00, apurada pelo valor líquido; e compensação com a parcela destinada, sem registro de receita.

(C) despesa orçamentária de R$ 15.000,00, como transferência a outro ente; e receita de transferência corrente de R$ 12.000,00.

(D) dedução da receita orçamentária de R$ 15.000,00; e receita de capital de R$ 12.000,00, classificada em transferências de capital.

(E) dedução da receita orçamentária de R$ 15.000,00; e receita orçamentária de transferência corrente de R$ 12.000,00.

---

22. O Estado Dívidas, que não está submetido ao regime especial de pagamento de precatórios, recebeu do Tribunal de Justiça precatórios apresentados em 20/01/X1 e em 15/05/X1. Parte dos precatórios incluídos no orçamento de X1 não foi paga até 31/12/X1.

Ao examinar o tratamento dado a esses precatórios, um Auditor de Finanças Públicas concluiu que

(A) os precatórios incluídos no orçamento de X1 e não pagos durante sua execução integram a dívida consolidada, para fins de limites.

(B) o precatório apresentado em 15/05/X1 deve ser incluído no orçamento de X2 e pago até o final desse exercício.

(C) os precatórios devem ser tratados como passivos contingentes até o efetivo pagamento, sendo apenas divulgados em notas explicativas.

(D) a despesa com precatórios deve ser classificada no elemento de despesa correspondente ao objeto que originou a condenação.

(E) a execução orçamentária dos precatórios dispensa a identificação dos beneficiários, exigida apenas no momento do pagamento.

23. Após deslizamentos de terra que atingiram bairros periféricos no último verão, o Prefeito de um Município elegeu como prioridade o Programa de Contenção de Encostas. Para dar agilidade aos pagamentos e evitar que os recursos fossem consumidos por outras despesas, o projeto de lei orçamentária anual para 2027 incluiu dispositivo que cria a “Caixa Especial de Encostas”, conta bancária própria da Secretaria de Obras, movimentada pelo Secretário e separada da conta única do Tesouro municipal, na qual seriam recolhidas diretamente as receitas de alienação de imóveis dominicais do Município e depositados os repasses mensais destinados ao programa. As receitas e as despesas do programa constam do projeto pelos seus valores totais.

Ao analisar o projeto, o controlador interno do Município consignou que o dispositivo

(A) desatende aos princípios orçamentários, porque a transferência dos recursos para a caixa especial implica dedução da despesa fixada no orçamento, que deve constar pelo seu total.

(B) atende aos princípios orçamentários, porque a criação da caixa especial na própria lei orçamentária assegura que todas as receitas e despesas do programa integrem o orçamento do ente.

(C) atende aos princípios orçamentários, porque recursos destinados a finalidade específica devem ser mantidos em caixa próprio, separado das demais disponibilidades do ente.

(D) desatende aos princípios orçamentários, porque a criação da caixa especial deveria constar da lei de diretrizes orçamentárias, à qual cabe dispor sobre a organização da tesouraria do ente.

(E) desatende aos princípios orçamentários, porque o recolhimento das receitas não admite fragmentação para a criação de caixas especiais.

---

24. A unidade gestora de uma secretaria estadual enfrenta as seguintes situações:

- Contas de energia elétrica cujo montante mensal não pode ser previamente determinado;
- Contrato de obra a ser pago em parcelas;
- Despesas urgentes de socorro à população atingida por enchentes, após a decretação de estado de calamidade pública;
- Pagamento a fornecedor ainda sem o atesto do recebimento do material.

Para as operações descritas,

(A) a ordem de pagamento pode ser exarada antes da liquidação, desde que a despesa esteja empenhada e haja saldo financeiro.

(B) as despesas cujo montante não se possa determinar previamente podem ser realizadas sem prévio empenho, regularizando-se o registro após o consumo.

(C) as contas de energia admitem empenho por estimativa, e o contrato de obra a ser pago em parcelas admite empenho global.

(D) o crédito extraordinário para as despesas da calamidade depende de prévia autorização legislativa e da indicação dos recursos disponíveis para sua abertura.

(E) o pagamento ao fornecedor pode ser efetuado antes do atesto, pois a liquidação é mera autorização administrativa para pagar.

---

25. Uma rodovia estadual de pista simples liga a principal região produtora de grãos do Estado ao porto e concentra elevado índice de acidentes com vítimas fatais, além de interdições frequentes no período de chuvas. Em agosto de 2025, durante a elaboração do projeto de lei orçamentária anual para 2026, o Governador anunciou a duplicação de 120 km da rodovia, com prazo estimado de execução de 36 meses e custo de R$ 900,00 milhões. A obra não consta do plano plurianual vigente (2024 – 2027). Pressionada por prefeitos da região, a Secretaria de Infraestrutura pretende licitar a obra e iniciá-la no primeiro trimestre de 2026.

Consultada, a equipe técnica da Secretaria de Planejamento esclareceu corretamente que

(A) a duplicação poderá ser iniciada com dotação da lei orçamentária anual de 2026, se a lei de diretrizes orçamentárias a incluir entre as metas e prioridades da administração para o exercício.

(B) o início da duplicação depende de sua prévia inclusão no plano plurianual ou de lei que autorize essa inclusão.

(C) a consignação de dotação específica para a primeira etapa da obra na lei orçamentária anual de 2026 supre a falta de previsão no plano plurianual.

(D) a essencialidade da obra e o risco à vida dos usuários permitem iniciar a duplicação com recursos de crédito extraordinário, sem a previsão no plano plurianual.

(E) a exigência de prévia inclusão no plano plurianual deixa de incidir se a obra for dividida em etapas anuais, cada uma com projeto e dotação próprios, executadas dentro de um único exercício financeiro.

26. Em 01/01/X1, um Estado possuía restos a pagar inscritos em X0 de R$ 600.000,00 não processados e de R$ 200.000,00 processados. Durante X1, dos restos a pagar não processados, R$ 400.000,00 foram liquidados, dos quais R$ 300.000,00 foram pagos, e R$ 120.000,00 foram cancelados; dos processados, R$ 180.000,00 foram pagos. Não houve outros cancelamentos além dos informados. Em X1, a despesa orçamentária empenhada foi de R$ 5.000.000,00, a liquidada, de R$ 4.600.000,00, e a paga, de R$ 4.200.000,00. O saldo total de restos a pagar em 31/12/X1, considerados os inscritos no exercício e os remanescentes de exercícios anteriores, era de

(A) R$ 1.000.000,00

(B) R$ 900.000,00

(C) R$ 800.000,00

(D) R$ 520.000,00

(E) R$ 920.000,00

27. Certo Estado registrou ingressos de recursos financeiros decorrentes de:

- Alienação de imóvel;
- Operação de crédito de longo prazo;
- Operação de crédito por antecipação de receita orçamentária (ARO);
- Caução prestada por licitante;
- Amortização de empréstimo concedido a Município;
- Transferência voluntária da União para a construção de uma ponte.

Na classificação desses ingressos, a

(A) operação de crédito de longo prazo é receita de capital efetiva.

(B) operação de crédito por antecipação de receita orçamentária é receita de capital.

(C) transferência voluntária da União para a construção da ponte é receita corrente.

(D) alienação do imóvel é receita corrente patrimonial.

(E) amortização do empréstimo concedido é receita de capital não efetiva.

28. Em X1, uma Secretaria da Saúde estadual realizou as seguintes ações:

- Concluiu a construção do Hospital Regional Leste, financiada com empréstimo de banco de fomento;
- Adquiriu 20 ambulâncias para ampliar a frota do SAMU estadual;
- Contratou suporte técnico e hospedagem para o sistema de prontuário eletrônico implantado em X0;
- Pagou precatório decorrente de condenação por erro médico.

A Secretaria da Fazenda pagou os juros do empréstimo da construção do hospital.

Ao revisar a classificação dessas ações orçamentárias, o analista de orçamento ratificou que

(A) a compra das ambulâncias é operação especial, pois não gera contraprestação direta ao Estado em serviços.

(B) a construção do Hospital Regional Leste é atividade, pois o atendimento em saúde é contínuo e permanente.

(C) o pagamento do precatório é projeto, por se tratar de operação limitada no tempo, encerrada com a quitação.

(D) o suporte ao sistema de prontuário eletrônico é atividade, embora o sistema tenha sido implantado como projeto.

(E) os juros do empréstimo integram o projeto de construção do hospital, pois decorrem desse empreendimento.

29. Certo Estado decidiu implantar programa de recuperação de estradas vicinais, a cargo da Secretaria de Logística e Transportes, para o qual não há dotação na lei orçamentária. Para custear a nova despesa, o Poder Executivo pretende anular parcialmente dotação consignada à Secretaria da Cultura.

Ao analisar a proposta, um especialista na área de orçamento indicou que a fonte elencada

(A) pode ser utilizada ainda que a dotação anulada seja custeada por recursos vinculados a finalidade específica sem relação com o novo programa.

(B) pode ser utilizada, ainda que a dotação anulada pertença a órgão diverso daquele que executará o novo programa, desde que a anulação seja autorizada em lei.

(C) pode ser utilizada inclusive quanto à parcela da dotação já empenhada, desde que o empenho seja cancelado após a abertura do crédito.

(D) pode ser utilizada, mas a anulação não pode incidir sobre dotação destinada a pessoal e encargos sociais, por vedação constitucional aplicável à indicação de recursos para créditos adicionais.

(E) dispensa autorização legislativa, pois a anulação não altera o montante total da despesa fixada, podendo o crédito ser aberto diretamente por decreto.

30. Em X1, um Município recebeu de seu Estado, mediante convênio, recursos destinados à construção de uma creche. Ao fim do exercício, a obra não havia sido iniciada. O quadro do superávit/déficit financeiro mostrou superávit financeiro global positivo, composto por superávit na fonte do convênio e por déficit na fonte vinculada à manutenção e desenvolvimento do ensino. Em X2, o prefeito pretende abrir crédito adicional com base no superávit da fonte do convênio para pagar a folha dos professores da rede municipal, sob o argumento de que a creche e a folha pertencem à mesma área.

Ao analisar a pretensão, um analista jurídico afirmou corretamente que

(A) o saldo do convênio não aplicado na obra em X1 passa a integrar, em X2, os recursos livres do Tesouro municipal, em razão do princípio da anualidade.

(B) a pretensão é regular, pois a construção da creche e a remuneração dos professores integram a função Educação, à qual se vinculam os recursos do convênio.

(C) a abertura do crédito é admitida, pois o superávit financeiro que lastreia créditos adicionais é apurado nas demonstração contábeis do ente como um todo.

(D) a abertura do crédito com base no superávit da fonte do convênio dispensa autorização legislativa, por se tratar de recursos já arrecadados e disponíveis em caixa.

(E) o superávit da fonte do convênio pode lastrear, em X2, créditos adicionais destinados à construção da creche, ainda que o ingresso tenha ocorrido em X1.

---

31. No Estado Rio de Créditos, as diferenças entre a arrecadação realizada e a prevista, apuradas mês a mês de janeiro a junho de X1, foram as seguintes (em R$):

- + 800,00 em janeiro;
- – 300,00 em fevereiro;
- + 500,00 em março;
- – 200,00 em abril;
- + 600,00 em maio;
- + 100,00 em junho.

No exercício, foram abertos créditos extraordinários de R$ 400,00. O balanço patrimonial de X0 (ano anterior) apresentou superávit financeiro de R$ 900,00, em fonte vinculada distinta da analisada.

Em 30/06/X1, o montante de recursos provenientes de excesso de arrecadação utilizáveis para a abertura de créditos suplementares era de

(A) R$ 1.700,00

(B) R$ 1.200,00

(C) R$ 800,00

(D) R$ 1.100,00

(E) R$ 1.300,00

---

32. Em X2, um ente público reconheceu dívida com fornecedor relativa a serviço prestado em X1, cujo empenho fora indevidamente cancelado, embora houvesse crédito próprio com saldo suficiente; pagou restos a pagar processados regularmente inscritos em 31/12/X1; reconheceu, por decisão administrativa de X2, vantagem devida a servidor relativa a X1; e pagou resto a pagar cancelado em X1, cuja prescrição foi interrompida pelo credor.

Quanto ao tratamento orçamentário desses pagamentos,

(A) o pagamento dos restos a pagar processados regularmente inscritos em 31/12/X1 deve ser realizado à conta de dotação de despesas de exercícios anteriores.

(B) a dívida com o fornecedor, a vantagem do servidor e o resto a pagar com prescrição interrompida são pagáveis como despesas de exercícios anteriores.

(C) as despesas de exercícios anteriores podem ser pagas à conta de qualquer crédito orçamentário disponível, independentemente de dotação específica.

(D) as despesas de exercícios anteriores devem ser classificadas no elemento de despesa correspondente ao objeto original do gasto que as originou.

(E) o pagamento de despesas de exercícios anteriores dispensa a observância da ordem cronológica, por se tratar de compromissos já vencidos.

33. Na lei orçamentária anual de X1 de um Estado, o Departamento de Edificações Escolares, unidade orçamentária da Secretaria de Obras, recebeu dotação de R$ 10,00 milhões na ação “Construção de Unidades Escolares”. Para viabilizar a construção de uma escola em município do interior, o Departamento transferiu ao Departamento Regional de Obras do Interior, unidade gestora da mesma Secretaria, a execução de R$ 2,00 milhões desse crédito.

Com base nessa situação,

(A) o Departamento Regional poderá empregar o crédito recebido na reforma de prédios administrativos da Secretaria, desde que mantida a natureza da despesa.

(B) a operação constitui remanejamento de dotação entre unidades e depende de prévia autorização legislativa.

(C) o crédito de R$ 2,00 milhões passa a figurar na classificação institucional do Departamento Regional de Obras do Interior.

(D) a operação denomina-se destaque, pois envolve unidades gestoras distintas.

(E) a operação constitui provisão, e a liberação dos recursos financeiros correspondentes ao Departamento Regional é sub-repasse.

---

34. Na Matriz de Saldos Contábeis (MSC) enviada ao Siconfi por um Estado constam movimentações associadas às fontes de recursos “1500” e “2500” e código de acompanhamento da execução orçamentária (CO) vinculado a despesas com ações e serviços públicos de saúde.

Considerando a norma da Secretaria do Tesouro Nacional que padroniza as fontes ou destinações de recursos, o auditor responsável pela análise concluiu corretamente que

(A) o código de acompanhamento (CO) substitui a fonte de recursos na identificação das despesas com saúde, dispensando o registro das fontes “1500” e “2500” na MSC.

(B) a fonte “2500” identifica recursos não vinculados de impostos arrecadados em exercícios anteriores.

(C) a fonte “1500” identifica recursos condicionados, cuja disponibilidade depende da ocorrência de evento futuro.

(D) o dígito “1”, em “1500”, integra a codificação padronizada da fonte, que passa a ser identificada por quatro dígitos nos registros contábeis.

(E) a classificação por fontes ou destinações de recursos nela estabelecida é de uso obrigatório também pela União.

---

35. Na elaboração do projeto de lei orçamentária de um Estado, a equipe da Secretaria da Fazenda revisou a classificação da despesa quanto à sua natureza e concluiu corretamente:

(A) na lei orçamentária, a despesa será discriminada, no mínimo, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação.

(B) a modalidade de aplicação tem por finalidade identificar o objeto de gasto, como vencimentos, diárias, material de consumo e obras.

(C) o desdobramento do elemento de despesa é obrigatório para todos os entes e deve constar da lei orçamentária anual.

(D) é admitida a consignação de dotações a título de transferência para unidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social do ente.

(E) a Reserva de Contingência é identificada, quanto à natureza da despesa, como despesa corrente classificada no grupo Outras Despesas Correntes.

---

36. O Estado Teta realizou as seguintes despesas em X1:

- Contribuição patronal ao RPPS do próprio Estado;
- Aporte periódico, previsto em lei, para amortização do déficit atuarial do RPPS;
- Aquisição de imóvel já construído para sede de secretaria;
- Construção de escola;
- Concessão de empréstimo a Município;
- Transferência a consórcio público mediante contrato de rateio.

Quanto à classificação por natureza dessas despesas,

(A) o aporte para amortização do déficit atuarial classifica-se no elemento 13 – Obrigações Patronais, no grupo Pessoal e Encargos Sociais.

(B) a aquisição do imóvel já construído classifica-se no grupo Investimentos, na mesma natureza de despesa da construção da escola.

(C) a concessão de empréstimo ao Município classifica-se no grupo Investimentos, elemento 66 – Concessão de Empréstimos e Financiamentos.

(D) a contribuição patronal ao RPPS do próprio Estado classifica-se como despesa intraorçamentária, no elemento 13 – Obrigações Patronais.

(E) a transferência ao consórcio público mediante contrato de rateio classifica-se na modalidade 40 – Transferências a Municípios.

37. A Assembleia Legislativa de um Estado pediu ao Tribunal de Contas que avaliasse a execução orçamentária de X1 em três aspectos: o realismo da estimativa de receita, a suficiência da arrecadação do exercício para cobrir as despesas assumidas e a utilização das dotações autorizadas. O auditor responsável extraiu do Balanço Orçamentário de X1 os seguintes dados (em R$):

- Previsão atualizada da receita: 28.000,00
- Receita realizada: 27.600,00
- Dotação atualizada: 29.500,00
- Despesa empenhada: 29.200,00

Considere: QER = receita realizada ÷ previsão atualizada da receita; QED = despesa empenhada ÷ dotação atualizada; QRO = receita realizada ÷ despesa empenhada.

Quanto ao quociente adequado a cada verificação, o auditor concluiu corretamente que, para

(A) verificar se houve empenho acima dos créditos autorizados, deve usar o QRO.

(B) avaliar o realismo da estimativa de receita, deve usar o QRO.

(C) verificar o nível de execução da despesa orçamentária, deve usar o QED.

(D) verificar a suficiência da arrecadação do exercício para cobrir as despesas assumidas, deve usar o QED.

(E) verificar a ocorrência de superávit ou déficit orçamentário, deve usar o QER.

---

38. Em palestra a servidores de uma Secretaria da Fazenda estadual sobre a reforma tributária do consumo, o expositor explicou que o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS)

(A) pode ser objeto de incentivos e benefícios fiscais concedidos por lei de cada Estado, desde que observados os limites da alíquota de referência.

(B) é de competência exclusiva dos Estados e do Distrito Federal, cabendo aos Municípios participação no produto de sua arrecadação.

(C) é cobrado no Estado e no Município de origem da operação, conforme a localização do estabelecimento do fornecedor.

(D) é administrado por Comitê Gestor vinculado à União, com competência para editar o regulamento único do imposto.

(E) tem alíquota própria fixada por lei específica de cada ente e é cobrado pelo somatório das alíquotas do Estado e do Município de destino.

---

39. A reforma tributária instituiu o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS). Um auditor avalia os efeitos dessa reforma sobre as finanças do seu Estado, especialmente quanto às aquisições da administração estadual, à repartição do IBS com os Municípios e à transição entre os tributos.

Em seu relatório, o auditor registrou que

(A) o ICMS será extinto em 2027, quando a CBS passará a ser cobrada integralmente, em substituição às contribuições federais.

(B) as aquisições de bens e serviços pela administração direta, autarquias e fundações estaduais são, em regra, imunes ao IBS e à CBS, por força da imunidade recíproca.

(C) pertencem aos Municípios 20% do produto da arrecadação do IBS distribuído ao respectivo Estado, conforme critérios de lei estadual.

(D) o IBS e a CBS sobre aquisições da administração direta, autarquias e fundações estaduais são, em regra, integralmente destinados ao Ente Contratante.

(E) o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional é custeado com recursos dos Estados, destinados à redução das desigualdades regionais.

---

40. Em 31/12/X1, a conta de movimento de uma secretaria de um Estado apresentava os seguintes dados (em R$):

- Saldo do extrato bancário, 152.300,00
- Saldo da conta Bancos no razão, 147.000,00
- Ordens bancárias emitidas e ainda não compensadas, 12.000,00
- Depósito efetuado em 31/12/X1 e creditado pelo banco somente em 02/01/X2, 5.500,00
- Tarifa bancária debitada no extrato e não registrada, 600,00
- Rendimento de aplicação automática creditado no extrato e não registrado, 2.100,00
- Pagamento de R$ 7.410,00 registrado no razão por R$ 4.710,00

O saldo bancário conciliado da conta era de

(A) R$ 148.500,00

(B) R$ 145.800,00

(C) R$ 140.500,00

(D) R$ 144.300,00

(E) R$ 134.800,00

41. Uma Autarquia Estadual teve a capacidade de pagamento examinada por um auditor, que extraiu os seguintes dados dos Balanços Patrimoniais de X1 e X2 (valores em R$ mil):

Grupo / conta	**31/12/X1**	**31/12/X2**
Caixa e equivalentes de caixa	4.000,00	3.000,00
Créditos a curto prazo (líquidos de ajuste para perdas)	2.000,00	4.500,00
Estoques	1.000,00	1.500,00
Ativo circulante	**7.000,00**	**9.000,00**
Ativo realizável a longo prazo	1.000,00	1.500,00
Imobilizado	20.000,00	22.000,00
Ativo total	**28.000,00**	**32.500,00**
Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo	2.000,00	2.500,00
Fornecedores e contas a pagar a curto prazo	1.500,00	2.500,00
Provisões a curto prazo	500,00	1.000,00
Passivo circulante	**4.000,00**	**6.000,00**
Passivo não circulante	**3.000,00**	**3.500,00**
Patrimônio líquido	**21.000,00**	**23.000,00**

Com base nesses dados, o auditor concluiu corretamente que

(A) a liquidez imediata de X2 seria de 0,60, pois as provisões a curto prazo, reconhecidas sem execução orçamentária, não integram o passivo circulante para fins de análise.

(B) a liquidez geral aumentou de X1 para X2, uma vez que o realizável a longo prazo cresceu em proporção superior à do passivo exigível total.

(C) a liquidez seca aumentou em proporção superior à da liquidez corrente, uma vez que os estoques cresceram em ritmo maior que o dos demais itens do ativo circulante.

(D) o capital circulante líquido diminuiu de X1 para X2, uma vez que o passivo circulante cresceu 50%, enquanto o ativo circulante cresceu cerca de 29%.

(E) a liquidez corrente caiu de 1,75 para 1,50, de modo que, em X2, havia R$ 0,50 em caixa e equivalentes de caixa para cada R$ 1,00 de passivo circulante (liquidez imediata).

Atenção: Considere as informações a seguir para responder às questões de números 42 a 44.

Em março de 20X2, a Diretoria de Contabilidade do Estado Contábeis, pertencente à estrutura do Poder Executivo, revisava com sua equipe o cronograma de obrigações do Estado no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi), em especial as relativas à Matriz de Saldos Contábeis (MSC) e à Declaração de Contas Anuais (DCA) do exercício de 20X1.

Na mesma época, um Auditor de Finanças Públicas do Estado examinava as declarações enviadas ao Siconfi, inclusive o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e o Relatório de Gestão Fiscal (RGF). Examinava também o resultado do Estado na última edição do *Ranking* da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal no Siconfi, relativa ao exercício de 20X0.

Nessa edição, o Estado alcançara 92% da pontuação do Indicador da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal no Siconfi (ICF), tendo perdido pontos porque a DCA de 20X0 fora retificada três vezes e porque a despesa liquidada nela informada diferia da apresentada no RREO do mesmo exercício.

42. Ao orientar a equipe, o diretor esclareceu corretamente que a MSC

(A) é gerada pelo Siconfi a partir dos dados do RREO e do RGF já homologados no sistema, cabendo à Diretoria conferir os saldos obtidos.

(B) tem leiaute definido em ato do próprio Estado, observadas as classes do Plano de Contas aplicada ao Setor Público (PCASP), cabendo à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) validar os dados recebidos no Siconfi.

(C) é estrutura padronizada de saldos contábeis detalhados por informações complementares, e a de encerramento gera o rascunho da DCA.

(D) deve ser remetida separadamente por cada Poder e órgão do Estado, cabendo à Diretoria encaminhar, em matriz própria, os saldos do Executivo.

(E) é enviada a cada bimestre, até 30 dias após o encerramento do período, com os saldos contábeis acumulados até o fim do bimestre.

43. Ao relatar o resultado do exame, o auditor afirmou corretamente que

(A) a divergência entre a DCA e o RREO foi avaliada na dimensão Informações Contábeis × Informações Fiscais.
(B) a pontuação de 92% obtida pelo Estado na última edição corresponde à faixa “Aicf”, a mais elevada do ICF.
(C) o Estado ainda pode recorrer para alterar a classificação obtida na última edição, cujo resultado final já foi divulgado.
(D) a DCA de 20X1 é elaborada separadamente por Poder, cabendo a cada um homologar no Siconfi as suas próprias tabelas.
(E) as três retificações da DCA de 20X0 foram avaliadas na dimensão Informações Contábeis do *Ranking*.

44. Sobre a DCA de 20X1 e a consolidação das contas dos entes da Federação, o diretor informou à equipe que

(A) a DCA deverá ser consolidada com as contas dos Municípios pelo Tribunal de Contas do Estado até 30 de junho de 20X2.
(B) o Estado tem até 31 de maio de 20X2 para enviá-la, e seus Municípios, até 30 de abril, com cópia para o Executivo estadual.
(C) o atraso no envio impedirá o Estado, como um todo, de receber transferências voluntárias até a regularização.
(D) o Executivo da União deve consolidar as contas de 20X1 dos entes, nacionalmente e por esfera de governo, até 30 de abril de 20X2.
(E) o Estado deve enviá-la ao Executivo da União até 30 de abril de 20X2, e a consolidação nacional ocorrerá até 30 de junho.

Atenção: Considere as informações a seguir para responder às questões de números 45 e 46.

A avaliação atuarial do RPPS de um Estado, com data focal em 31/12/X1, apresentou os seguintes valores presentes, já calculados pelo atuário (em R$ milhões):

- Benefícios futuros dos aposentados e pensionistas: 8.000,00
- Contribuições futuras dos aposentados e pensionistas: 500,00
- Benefícios futuros dos segurados em atividade: 12.000,00
- Contribuições futuras do ente e dos segurados em atividade: 7.000,00

Na mesma data, os ativos garantidores do plano somavam R$ 9.000,00 e não havia plano de amortização instituído.

45. O resultado atuarial e uma medida admitida para o seu equacionamento são, respectivamente:

(A) déficit de R$ 3.500,00; plano de amortização com contribuições suplementares, na forma de alíquotas ou de aportes.
(B) déficit de R$ 12.500,00; plano de amortização com contribuições suplementares.
(C) déficit de R$ 10.500,00; cobertura mensal das insuficiências financeiras pelo ente.
(D) déficit de R$ 4.000,00; segregação da massa de segurados.
(E) déficit de R$ 11.000,00; aporte de bens, direitos e ativos ao RPPS.

46. Com base nas informações apresentadas e nos procedimentos contábeis aplicados aos RPPS,

(A) os benefícios futuros dos aposentados e pensionistas integram a provisão para benefícios a conceder, e os dos segurados em atividade, a provisão para benefícios concedidos.
(B) as provisões matemáticas correspondem à soma nominal dos benefícios a serem pagos aos aposentados e pensionistas no exercício de X2.
(C) as provisões para benefícios concedidos e a conceder correspondem ao valor presente dos benefícios futuros, deduzido o das contribuições futuras.
(D) as contribuições futuras do ente e dos segurados em atividade, de R$ 7.000,00, integram os ativos garantidores e devem ser registradas no ativo do RPPS.
(E) as provisões matemáticas previdenciárias não são reconhecidas no passivo do RPPS, devendo ser apenas divulgadas em notas explicativas.

Atenção: Considere as informações a seguir para responder às questões de números 47 e 48.

Diante de elevado déficit atuarial, o Estado Tau implementou, em X0, a segregação da massa de seu Regime Próprio de Previdência (RPPS). Em X1, o Fundo em Repartição pagou R$ 3.000,00 em benefícios, custeados por contribuições dos segurados (R$ 700,00), compensação financeira entre regimes (R$ 100,00) e repasses do Tesouro estadual para cobertura da insuficiência financeira (R$ 2.200,00). No mesmo exercício, o Estado transferiu R$ 500,00 ao Fundo em Capitalização, em aportes periódicos previstos no plano de amortização instituído em lei, e nomeou 1.200 novos servidores efetivos.

47. Quanto à classificação dessas operações e à apuração da despesa total com pessoal de X1,

(A) as contribuições patronais normais relativas aos servidores nomeados em X1 não integram a despesa total com pessoal, por se tratar de despesas intraorçamentárias.
(B) a insuficiência financeira de R$ 2.200,00 corresponde à diferença entre as provisões matemáticas e os ativos garantidores do Fundo em Repartição.
(C) os repasses de R$ 2.200,00 ao Fundo em Repartição classificam-se no elemento 97 – Aporte para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS.
(D) são dedutíveis apenas R$ 800,00 dos R$ 3.000,00 de benefícios pagos pelo Fundo em Repartição.
(E) os aportes de R$ 500,00 ao Fundo em Capitalização integram as obrigações patronais e devem ser computados na despesa total com pessoal.

48. Em reunião do conselho de administração do RPPS sobre a alocação dos novos servidores e a gestão dos fundos, o atuário responsável confirmou que

(A) os recursos acumulados pelo RPPS até X0 deveriam ter sido vinculados ao Fundo em Repartição, para o custeio dos benefícios já concedidos.

(B) recursos do Fundo em Capitalização podem ser transferidos ao Fundo em Repartição para reduzir os repasses do Tesouro destinados à cobertura da insuficiência financeira.

(C) a segregação afastou o déficit atuarial para fins de fixação das alíquotas, o que permite estabelecer alíquota uniforme de contribuição dos segurados inferior a 14%.

(D) os compromissos do Fundo em Repartição, embora custeados em regime de repartição simples, devem ser calculados por processo atuarial e registrados como provisões matemáticas.

(E) os 1.200 servidores nomeados em X1 devem ser vinculados ao Fundo em Repartição, que concentra os segurados de maior risco.

Contabilidade Geral

Atenção: Considere as informações a seguir para responder às questões de números 49 a 51.

A Cia. Saruê, companhia aberta, mantinha em 31/12/X1 as seguintes participações societárias:

I. 15% do capital votante da Cia. Tatu, com direito a indicar 2 dos 7 membros do conselho de administração, os quais participam da definição das políticas financeiras e operacionais da investida.

II. 25% do capital votante da Cia. Queijo Quente, companhia fechada sem conselho de administração, cujos diretores são eleitos em assembleia geral pelos votos do acionista controlador, titular das demais ações. O controlador rejeitou os pedidos da Cia. Saruê de indicação de diretor e de acesso a informações gerenciais, e a Cia. Saruê não dispõe de outro meio de participar das decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida.

III. 50% do capital votante da Cia. Salame Frio, cujo acordo de acionistas exige o consentimento unânime da Cia. Saruê e do outro acionista para as decisões sobre as atividades relevantes, cabendo às partes direitos sobre os ativos líquidos da investida.

IV. 60% do capital votante da Cia. Pé de Moleque, que asseguram à Cia. Saruê, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores.

O capital de todas as investidas é composto apenas por ações ordinárias, com um voto por ação e iguais direitos econômicos.

49. Com relação à participação descrita na situação III,

(A) a participação deve ser mensurada ao valor justo, nos termos do CPC 48, porque a Cia. Saruê não detém o controle isolado da Cia. Salame Frio nem a classifica como coligada.

(B) trata-se de operação em conjunto, devendo a Cia. Saruê reconhecer, nas demonstrações individuais e nas consolidadas, sua parcela de 50% dos ativos, passivos, receitas e despesas da Cia. Salame Frio.

(C) a Cia. Salame Frio é controlada da Cia. Saruê, pois a exigência de consentimento unânime confere à investidora poder de veto equivalente à preponderância nas deliberações sociais, devendo ser consolidada integralmente.

(D) trata-se de empreendimento controlado em conjunto, que deve ser avaliado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações individuais e consolidado proporcionalmente, na razão de 50%, nas demonstrações consolidadas da Cia. Saruê.

(E) trata-se de empreendimento controlado em conjunto, que deve ser avaliado pelo método da equivalência patrimonial tanto nas demonstrações individuais quanto nas demonstrações consolidadas da Cia. Saruê.

---

50. Com relação às participações descritas nas situações I e II,

(A) as Cias. Tatu e Queijo Quente não são coligadas da Cia. Saruê, a primeira porque a participação é inferior a 20% do capital votante e a segunda porque a presunção de influência significativa foi afastada.

(B) a Cia. Tatu não é coligada da Cia. Saruê, pois a participação é inferior a 20% do capital votante, e a Cia. Queijo Quente é coligada, em razão da presunção de influência significativa decorrente da titularidade de 20% ou mais do capital votante.

(C) as Cias. Tatu e Queijo Quente são coligadas da Cia. Saruê, a primeira em razão da representação no conselho de administração e a segunda em razão da presunção de influência significativa decorrente da titularidade de 20% ou mais do capital votante.

(D) a Cia. Tatu é coligada da Cia. Saruê, ainda que a participação seja inferior a 20% do capital votante, e a Cia. Queijo Quente não é coligada, pois a presunção de influência significativa foi afastada.

(E) a Cia. Tatu é controlada da Cia. Saruê, pois o direito de indicar membros do conselho de administração que participam da definição das políticas financeiras e operacionais confere poder sobre a investida, e a Cia. Queijo Quente é coligada, em razão da titularidade de 20% ou mais do capital votante.

51. Com relação à participação descrita na situação IV, a participação deve ser

(A) mensurada ao valor justo nas demonstrações individuais, e, nas demonstrações consolidadas, a Cia. Pé de Moleque deve ser consolidada integralmente, com a participação de não controladores apresentada no passivo consolidado.

(B) mensurada ao valor justo nas demonstrações individuais, e, nas demonstrações consolidadas, a Cia. Pé de Moleque deve ser consolidada integralmente, com a participação de não controladores apresentada no patrimônio líquido consolidado.

(C) avaliada pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações individuais, e, nas demonstrações consolidadas, a Cia. Pé de Moleque deve ser consolidada integralmente, com a participação de não controladores apresentada no patrimônio líquido consolidado.

(D) avaliada pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações individuais, e, nas demonstrações consolidadas, a Cia. Pé de Moleque deve ser consolidada proporcionalmente, na razão de 60% de seus ativos, passivos, receitas e despesas, sem reconhecimento de participação de não controladores.

(E) mantida pelo custo nas demonstrações individuais, pois a elaboração de demonstrações consolidadas dispensa a aplicação do método da equivalência patrimonial, e, nas consolidadas, a Cia. Pé de Moleque deve ser consolidada integralmente, com a participação de não controladores apresentada no passivo consolidado.

52. A Cia. Tamanduá detém 40% das ações da Cia. Pastel de Feira, sua coligada, cujo capital é composto apenas por ações ordinárias, e avalia esse investimento pelo método da equivalência patrimonial. Em 31/12/X0, o saldo do investimento era R$ 200.000,00, sem mais-valia ou *goodwill*, e a Cia. Tamanduá não possuía outras participações de longo prazo que, em essência, integrassem seu investimento líquido na investida. A Cia. Pastel de Feira apurou prejuízo de R$ 800.000,00 em X1 e lucro de R$ 400.000,00 em X2. A Cia. Tamanduá não assumiu obrigações legais ou construtivas de cobrir perdas da investida nem efetuou pagamentos em seu nome.

Em relação à participação na Cia. Pastel de Feira, nas demonstrações contábeis da Cia. Tamanduá, deve-se reconhecer, em X1, perda de

(A) R$ 200.000,00, reduzindo o investimento a zero; e, em X2, receita de equivalência patrimonial de R$ 40.000,00.

(B) R$ 320.000,00, com o investimento reduzido a zero e passivo de R$ 120.000,00; e, em X2, receita de equivalência patrimonial de R$ 160.000,00.

(C) R$ 200.000,00, reduzindo o investimento a zero; e, em X2, receita de equivalência patrimonial de R$ 160.000,00.

(D) R$ 320.000,00, com saldo credor de R$ 120.000,00 no investimento; e, em X2, receita de equivalência patrimonial de R$ 160.000,00.

(E) R$ 200.000,00 e descontinuar o método; e, em X2, não reconhecer receita de equivalência patrimonial.

53. Em 01/01/X1, a Cia. Capivara adquiriu, por R$ 900.000,00 à vista, 30% das ações da Cia. Jabuticaba, cujo capital é composto apenas por ações ordinárias, passando a exercer influência significativa sobre ela. Na data da aquisição, o patrimônio líquido contábil da Cia. Jabuticaba era R$ 2.000.000,00, e o valor justo líquido de seus ativos e passivos identificáveis era R$ 2.600.000,00. A diferença entre esses valores refere-se integralmente a um terreno.

Desconsiderando os efeitos tributários, no reconhecimento inicial do investimento, o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) apurado pela Cia. Capivara foi de

(A) R$ 180.000,00

(B) R$ 90.000,00

(C) R$ 120.000,00

(D) R$ 400.000,00

(E) R$ 300.000,00

54. A Cia. Quati elabora demonstrações individuais, nas quais avalia pelo método da equivalência patrimonial seu investimento na coligada Cia. Paçoca, e, adicionalmente, demonstrações separadas, nas quais optou por contabilizar os investimentos em coligadas pelo custo, por não ser possível obter de forma confiável o valor justo desses investimentos.

Em X2, a Cia. Paçoca declarou dividendos relativos a lucros gerados após a aquisição da participação, os quais não representam recuperação de parte do custo do investimento. Na data da declaração, ficou estabelecido o direito da Cia. Quati de recebê-los.

Os dividendos declarados pela Cia. Paçoca devem ser reconhecidos pela Cia. Quati como

(A) receita no resultado, nas demonstrações individuais, e em outros resultados abrangentes, nas demonstrações separadas.

(B) receita no resultado, tanto nas demonstrações individuais quanto nas demonstrações separadas.

(C) redução do valor contábil do investimento, tanto nas demonstrações individuais quanto nas demonstrações separadas.

(D) receita no resultado, nas demonstrações individuais, e como redução do valor contábil do investimento, nas demonstrações separadas.

(E) redução do valor contábil do investimento, nas demonstrações individuais, e como receita no resultado, nas demonstrações separadas.

Atenção: Considere as informações a seguir para responder às questões de números 55 a 57.

A Cia. Sabiá avalia pelo método da equivalência patrimonial seu investimento na coligada Cia. Pão de Queijo. Em 31/12/X1, após a aplicação do método, o valor contábil do investimento era R$ 1.500.000,00, dos quais R$ 200.000,00 correspondiam a ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) apurado na aquisição. Nessa data, havia evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável, e foram estimados, para o investimento, valor em uso de R$ 1.250.000,00 e valor justo líquido de despesas de venda de R$ 1.180.000,00.

Em 31/12/X2, após a aplicação do método da equivalência patrimonial no exercício e antes de eventual reversão da perda, o valor contábil do investimento, já considerada a perda reconhecida em X1, era R$ 1.310.000,00. Em razão da recuperação do desempenho da Cia. Pão de Queijo, houve alteração nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável, e foram estimados, para o investimento, valor em uso de R$ 1.390.000,00 e valor justo líquido de despesas de venda de R$ 1.340.000,00.

Desconsidere os efeitos tributários.

55. A reversão de perda por redução ao valor recuperável a ser reconhecida pela Cia. Sabiá em 31/12/X2 é de

(A) R$ 140.000,00
(B) R$ 0,00
(C) R$ 30.000,00
(D) R$ 80.000,00
(E) R$ 50.000,00

56. A perda por redução ao valor recuperável a ser reconhecida pela Cia. Sabiá em 31/12/X1 é de

(A) R$ 320.000,00
(B) R$ 50.000,00
(C) R$ 70.000,00
(D) R$ 200.000,00
(E) R$ 250.000,00

57. A perda por redução ao valor recuperável apurada em 31/12/X1 deve ser reconhecida

(A) em outros resultados abrangentes, com reclassificação para o resultado na alienação do investimento.
(B) sem alocação a qualquer ativo que integre o valor contábil do investimento.
(C) no resultado e alocada prioritariamente ao *goodwill*.
(D) diretamente no patrimônio líquido, como ajuste de avaliação patrimonial.
(E) no resultado e alocada proporcionalmente ao *goodwill* e aos demais componentes do investimento.

Atenção: Considere as informações a seguir para responder às questões de números 58 e 59.

A Cia. Tucano detém 80% das ações da Cia. Brigadeiro, cujo capital é composto apenas por ações ordinárias, e, com os votos correspondentes, elege a maioria dos membros do conselho de administração, órgão que define as políticas financeiras e operacionais da investida. Na aquisição, não houve mais-valia de ativos líquidos nem ágio por expectativa de rentabilidade futura, e a participação de não controladores (PNC) foi mensurada pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis. Em 31/12/X1, o patrimônio líquido da Cia. Tucano era R$ 3.000.000,00, e o da Cia. Brigadeiro, R$ 1.000.000,00. Nessa data, o investimento na Cia. Brigadeiro, avaliado pelo método da equivalência patrimonial, constava do ativo da Cia. Tucano por R$ 800.000,00. Não havia saldos nem resultados não realizados de operações entre as companhias.

58. A Cia. Tucano deve consolidar a Cia. Brigadeiro porque

(A) compartilha, por acordo contratual, o controle da investida com outras partes, exigindo-se consentimento unânime nas decisões sobre as atividades relevantes.
(B) está exposta à maior parte dos riscos e benefícios da investida, critério adotado para definir o controle.
(C) tem poder sobre a investida, exposição a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com ela e capacidade de usar esse poder para afetar esses retornos.
(D) detém a maioria do capital votante da investida, e detém o controle pela titularidade de mais da metade dos direitos de voto.
(E) tem o poder de participar das decisões sobre as políticas financeiras ou operacionais da investida, sem controlá-las individual ou conjuntamente.

59. No balanço patrimonial consolidado de 31/12/X1, os valores da participação de não controladores e do patrimônio líquido total são, respectivamente,

(A) R$ 600.000,00 e R$ 3.600.000,00

(B) R$ 200.000,00 e R$ 3.000.000,00

(C) R$ 800.000,00 e R$ 3.800.000,00

(D) R$ 200.000,00 e R$ 4.000.000,00

(E) R$ 200.000,00 e R$ 3.200.000,00

60. Em 02/01/X1, a Cia. Bem-te-vi adquiriu à vista, por R$ 500.000,00, ações ordinárias, com direito a um voto por ação, representativas de 8% do capital votante da Cia. Quindim, com a intenção de mantê-las em caráter permanente. O preço pago corresponde ao valor justo da participação adquirida, e não foram incorridos custos de transação. Na data da aquisição, o patrimônio líquido da Cia. Quindim era de R$ 5.000.000,00, montante equivalente ao valor justo líquido de seus ativos e passivos identificáveis. A Cia. Bem-te-vi não possui representante no conselho de administração da Cia. Quindim, não participa da definição de suas políticas financeiras ou operacionais, não mantém com ela transações relevantes e as duas companhias não integram o mesmo grupo nem estão sob controle comum.

O registro da aquisição na Cia. Bem-te-vi corresponde a

(A) Débito em Aplicações Financeiras (Ativo Circulante) R$ 500.000,00
Crédito em Bancos R$ 500.000,00

(B) Débito em Participações em Outras Sociedades (Ativo Não Circulante, Investimentos) R$ 500.000,00
Crédito em Bancos R$ 500.000,00

(C) Débito em Investimentos em Coligadas: Cia. Quindim R$ 400.000,00
Débito em Ágio por Expectativa de Rentabilidade Futura R$ 100.000,00
Crédito em Bancos R$ 500.000,00

(D) Débito em Participações em Outras Sociedades (Ativo Não Circulante, Investimentos) R$ 400.000,00
Débito em Ágio por Expectativa de Rentabilidade Futura R$ 100.000,00
Crédito em Bancos R$ 500.000,00

(E) Débito em Investimentos em Coligadas: Cia. Quindim R$ 500.000,00
Crédito em Bancos R$ 500.000,00

Responsabilidade Fiscal

61. O projeto de lei de diretrizes orçamentárias de um Estado para o exercício de 202X estabelece que as despesas primárias com a construção de escolas técnicas não serão objeto de limitação de empenho e movimentação financeira e não serão computadas na apuração da meta de resultado primário dos orçamentos fiscal e da seguridade social. Na mensagem que acompanha o projeto, o Governador sustenta que as duas regras se complementam, pois ambas protegem as obras de eventual frustração de receitas.

À luz da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), a lei de diretrizes orçamentárias

(A) só pode ressalvar da limitação de empenho as obrigações constitucionais e legais, mas pode excluir essas despesas da meta.

(B) pode adotar as duas regras, pois lhe cabe definir a metodologia de cálculo da meta e os critérios de limitação de empenho.

(C) não pode adotar nenhuma das regras, pois ressalvar a despesa da limitação de empenho equivale a excluí-la da meta.

(D) pode ressalvar as despesas da limitação de empenho, mas não pode excluí-las da apuração da meta de resultado primário.

(E) pode excluir as despesas da apuração da meta se as obras já estiverem em andamento, pois a LRF dá aos projetos em andamento prioridade sobre os novos.

62. O Poder Executivo do Estado Gama elabora o projeto de lei de diretrizes orçamentárias (LDO) para o exercício de 202X, com os anexos exigidos pela Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Nos termos da LRF,

(A) a reserva de contingência terá seu montante definido com base na receita total prevista, e sua forma de utilização será fixada na lei orçamentária anual.

(B) o Anexo de Metas Fiscais estabelecerá metas anuais para o exercício a que se referir e para os três seguintes, regra que deverá ser obrigatoriamente seguida pelo Estado Gama.

(C) o Anexo de Riscos Fiscais avaliará os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas caso se concretizem.

(D) o Anexo de Riscos Fiscais integrará o projeto de lei orçamentária anual, acompanhado da reserva de contingência destinada ao atendimento dos riscos nele avaliados.

(E) o demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado integra o Anexo de Riscos Fiscais.

63. Um Estado arrecadou, no mês de abril de 202X e nos onze meses anteriores, as seguintes receitas, em milhões de reais (R$):

Receitas tributárias	30.000,00
Receitas de contribuições	2.400,00
Receitas patrimoniais	900,00
Receitas de serviços	300,00
Transferências correntes	9.000,00
Outras receitas correntes	400,00
Receitas de capital	3.000,00

Das receitas de contribuições – R$ 2.400,00 –, apenas R$ 1.800,00 referem-se à contribuição dos servidores para o custeio do regime próprio de previdência, e, das outras receitas correntes – R$ 400,00 –, R$ 200,00 referem-se à compensação financeira entre regimes de previdência de que trata o art. 201, § 9º, da Constituição Federal. Dentre as receitas correntes elencadas, o Estado entregou aos Municípios R$ 6.500,00 por determinação constitucional. Os valores das receitas não estão deduzidos das parcelas entregues aos Municípios e já estão líquidos das deduções para formação do FUNDEB; não há outros valores dedutíveis além dos informados.

Nos termos da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), a receita corrente líquida desse Estado no período foi, em milhões de reais, de

(A) 33.900,00

(B) 37.500,00

(C) 34.300,00

(D) 34.500,00

(E) 36.300,00

64. Na execução da lei orçamentária anual de um Estado no ano de 202X, ao final do segundo bimestre verificou-se que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento da meta de resultado primário estabelecida no Anexo de Metas Fiscais.

Nesse cenário, com base na Lei Complementar nº 101/2000 (LRF),

(A) o Poder Executivo deveria ter desdobrado as receitas previstas em metas quadrimestrais de arrecadação, até trinta dias após a publicação da lei orçamentária.

(B) os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios da LDO.

(C) o Poder Executivo deve limitar os valores financeiros dos demais Poderes e do Ministério Público, caso estes não promovam a limitação de empenho no prazo legal, com base nos limites encartados no PPA.

(D) a limitação de empenho deve alcançar, proporcionalmente, todas as despesas do ente.

(E) a limitação de empenho somente poderá ser promovida após a demonstração e avaliação quadrimestral do cumprimento das metas em audiência pública no Legislativo.

65. Determinado Estado não instituiu o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD). Além disso, a Assembleia Legislativa desse Estado pretende reestimar a receita tributária constante do projeto de lei orçamentária encaminhado pelo Executivo.

Segundo a Lei Complementar nº 101/2000 (LRF),

(A) os Poderes e o Ministério Público devem estimar as próprias receitas e encaminhá-las ao Poder Executivo, com as memórias de cálculo, no mínimo trinta dias antes do prazo final para o encaminhamento das propostas orçamentárias.

(B) a instituição, a previsão e a efetiva arrecadação dos impostos constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal. Para a LRF, nesse conceito não estão enquadrados todos os tributos.

(C) as previsões de receita serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos cinco anos e da projeção para os três exercícios seguintes.

(D) a reestimativa de receita pelo Poder Legislativo é admitida para viabilizar a aprovação de emendas ao projeto, desde que aprovada pela comissão de orçamento.

(E) é vedada a realização de transferências voluntárias para o ente que não institua, preveja e arrecade efetivamente os impostos de sua competência constitucional.

66. Tramitam no Congresso Nacional dois projetos de lei. O primeiro concede benefício de natureza tributária a pessoas jurídicas do setor têxtil, pelo prazo de oito anos, sem estimativa do número de beneficiários nem metas de desempenho, e não se vincula a investimentos de longo prazo. O segundo prorroga benefício tributário concedido a pessoas jurídicas, embora as metas de desempenho objetivas e quantificáveis fixadas na lei concessiva não tenham sido atingidas.

Com base na Lei Complementar nº 101/2000 (LRF),

(A) é vedada a prorrogação de benefício tributário concedido a pessoa jurídica cujas metas de desempenho não tenham sido atingidas ou cuja avaliação de resultados não tenha sido realizada.

(B) o primeiro projeto atende à LRF quanto ao prazo, uma vez que a lei não limita o prazo de vigência de benefícios tributários concedidos a pessoas jurídicas.

(C) o segundo projeto pode ser aprovado, desde que acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício de início de sua vigência e nos dois seguintes.

(D) a renúncia decorrente dos projetos pode ser compensada pelo aumento de arrecadação resultante do crescimento econômico projetado para o período.

(E) o benefício compensado por aumento de receita entra em vigor na data de publicação da lei, caso o aumento da receita entre em vigor até o primeiro dia útil do exercício subsequente.

67. Na apuração da despesa total com pessoal do Poder Executivo de certo Estado para o Relatório de Gestão Fiscal do segundo quadrimestre de 202X, a equipe técnica verificou as seguintes situações:

- Parte da folha de agosto, já incorrida, ainda não havia sido empenhada;
- A folha estava registrada pelo valor líquido dos descontos de imposto de renda e de contribuições;
- Havia contratos de terceirização de mão de obra em substituição a servidores referentes a cargos da estrutura do funcionamento dos hospitais públicos do Estado;
- Foram pagas indenizações por demissão de servidores; e
- Houve pagamento de verbas de gratificação decorrentes de sentença judicial relativa à competência anterior ao período de apuração.

Nos termos da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF),

(A) a despesa com a sentença judicial de competência anterior ao período de apuração deve ser incluída na despesa total com pessoal do período em que foi paga.

(B) a parcela da folha ainda não empenhada deve ser excluída da apuração, que considera somente as despesas empenhadas no mês de referência e nos onze anteriores.

(C) as indenizações por demissão de servidores pagas no período devem ser computadas na despesa total com pessoal para a verificação do limite.

(D) os contratos de terceirização de mão de obra em substituição a servidores não integram a despesa total com pessoal, por não se referirem a ocupantes de cargos ou empregos públicos.

(E) a remuneração deve ser computada pelo valor bruto, sem qualquer dedução ou retenção, ressalvada a redução para atendimento ao teto constitucional.

---

68. A Secretaria de Saúde de certo Estado pretende expandir ação governamental já existente, com aumento da despesa, mediante realização de licitação e emissão de empenho para a construção de dois hospitais de emergência ainda no exercício corrente. A despesa não se enquadra como irrelevante.

Nos termos da Lei Complementar nº 101/2000, para a geração dessa despesa,

(A) as exigências de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e de declaração de adequação orçamentária restringem-se à criação ou ao aumento de despesas com pessoal.

(B) a estimativa do impacto orçamentário-financeiro e a declaração do ordenador da despesa sobre a adequação orçamentária e financeira devem preceder, obrigatoriamente, o empenho e a licitação das obras.

(C) a estimativa do impacto orçamentário-financeiro abrangerá o exercício em que a despesa deva entrar em vigor e os três subsequentes, acompanhada das respectivas premissas e da metodologia de cálculo.

(D) a declaração de adequação orçamentária e financeira e de compatibilidade com o plano plurianual e a LDO deve ser firmada pelo Chefe do Departamento de Contabilidade.

(E) a despesa considerada irrelevante, que fica dispensada das exigências legais para sua geração, é aquela assim definida na lei orçamentária anual.

---

69. Na Assembleia Legislativa de certo Estado tramita projeto de lei que prorroga, por mais oito anos, gratificação remuneratória aos servidores públicos desse Estado criada por lei com prazo determinado inicial de dois anos. A lei orçamentária do exercício destina R$ 2,5 bilhões ao serviço da dívida. Por último, é sancionada lei que concede a revisão geral anual da remuneração dos servidores.

Nos termos da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF),

(A) o ato que conceder a revisão geral anual da remuneração deve ser acompanhado de estimativa de impacto orçamentário-financeiro.

(B) considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente ou de capital derivada de lei que fixe para o ente a obrigação de sua execução por período superior a dois exercícios.

(C) a prorrogação de despesa criada por prazo determinado é considerada aumento de despesa, sujeitando-se às exigências aplicáveis às despesas obrigatórias de caráter continuado.

(D) as despesas destinadas ao serviço da dívida devem demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

(E) os efeitos financeiros da despesa criada podem ser compensados pela redução temporária de outras despesas correntes.

70. Em relação à destinação de recursos públicos para o setor privado, a Lei Complementar nº 101/2000 (LRF) prevê que

(A) a utilização de recursos públicos para socorrer instituição do Sistema Financeiro Nacional depende de lei específica, salvo quando realizada mediante empréstimo de recuperação.

(B) a subvenção à entidade privada sem fins lucrativos pode ser concedida sem lei específica, por não se tratar de empréstimo ou financiamento.

(C) a destinação de recursos para cobrir déficits de pessoas jurídicas exige lei específica, atendimento às condições da LDO e previsão no orçamento ou em créditos adicionais.

(D) os financiamentos a empresas privadas podem ter encargos inferiores ao custo de captação, independentemente de lei específica, desde que previstos na LDO.

(E) as empresas estatais do Estado, ao destinarem recursos ao setor privado, não se submetem às exigências aplicáveis ao ente controlador, por possuírem personalidade de direito privado.

---

71. Em um Estado que não possui Tribunal de Contas dos Municípios, a receita corrente líquida (RCL) considerada para o cálculo dos limites da despesa com pessoal, apurada ao final do segundo quadrimestre de 202X, foi de R$ 80,00 bilhões, e a despesa total com pessoal do Poder Executivo, no mesmo período, de R$ 37,60 bilhões. O ano de 202X não é o último ano do mandato do Governador.

Embasando-se na Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), o Poder Executivo

(A) permanece abaixo de todos os limites de referência.

(B) ultrapassou o limite prudencial da RCL e está proibido de alterar a estrutura de carreira que implique aumento de despesa.

(C) excedeu o limite máximo da RCL fixado para o Executivo e deve reconduzir a despesa a esse limite nos prazos legais.

(D) ultrapassou apenas o limite de alerta, cabendo ao Tribunal de Contas alertá-lo, sem incidência de vedações ao Poder.

(E) ultrapassou o limite de alerta da RCL e, por isso, não pode receber transferências voluntárias nem contratar operações de crédito enquanto perdurar o excesso.

---

72. Ao final do segundo quadrimestre de 202X, que não é o último ano do mandato do Governador, a despesa total com pessoal do Poder Executivo de certo Estado excedeu o limite fixado na Lei Complementar nº 101/2000 (LRF). Na mesma data, a taxa de variação real acumulada do PIB estadual nos quatro últimos trimestres era inferior a 1%. Não houve reconhecimento de estado de calamidade pública.

Nos termos da LRF, o prazo para recondução da despesa de pessoal ao limite será

(A) extinto.

(B) suspenso.

(C) quadruplicado.

(D) interrompido.

(E) duplicado.

---

73. Um Estado previu repasses de recursos a um Município, a título de cooperação devidamente enquadrada nas referências legais, para a construção de uma creche e de um Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). Não só isso, pretende também repassar valor ao Município para pagamento de despesa de pessoal de servidores municipais da área da saúde, com o fito de auxiliar o Município a aliviar seus índices de despesa de pessoal. A despesa total com pessoal do Poder Executivo desse Município alcançou 57% da Receita Corrente Líquida, mantendo-se nesse patamar mesmo após o prazo de recondução.

Nos termos da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF),

(A) o Município pode receber os recursos destinados à construção da creche e do CRAS, apesar do excesso de despesa com pessoal.

(B) os recursos repassados para a construção da creche podem ser aplicados pelo Município em outras ações de educação, por se tratar da mesma área de atuação.

(C) o repasse para pagamento dos servidores municipais da área da saúde é admitido, desde que o Município preveja em seu orçamento a respectiva contrapartida.

(D) os recursos destinados ao Sistema Único de Saúde repassados pelo Estado ao Município classificam-se como transferências voluntárias.

(E) a exigência de dotação específica para a transferência é dispensada quando os recursos se destinarem a ações de educação.

74. Certo Estado pretende conceder garantia a operações de crédito a serem contratadas por um de seus Municípios e por uma de suas autarquias estaduais.

Conforme dita a Lei Complementar nº 101/2000 (LRF),

(A) a contragarantia será exigida do Município, mas não da autarquia estadual.

(B) a garantia estará condicionada ao oferecimento de contragarantia em valor equivalente a, no mínimo, 50% do valor garantido.

(C) a autarquia estadual poderá conceder garantia a terceiros, desde que o faça com recursos de fundos sob sua gestão.

(D) a garantia concedida acima dos limites fixados pelo Senado Federal é anulável, a critério do órgão responsável pela verificação.

(E) é vedado ao Estado, ao honrar dívida garantida, condicionar as transferências constitucionais devidas ao Município ao ressarcimento do pagamento.

---

75. Considere os seguintes dados apresentados por um Estado ao final do primeiro quadrimestre de 202X:

- Receita corrente líquida de R$ 77,00 bilhões;
- Dívida consolidada líquida de R$ 170,00 bilhões.

Considere que não é o último ano de mandato do Governador, que o limite fixado pelo Senado Federal para a dívida consolidada líquida dos Estados corresponde a duas vezes a receita corrente líquida, que não houve baixo crescimento do PIB nem reconhecimento de estado de calamidade pública.

Nos termos da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), para reconduzir a dívida ao limite, o Estado deve reduzir, no mínimo,

(A) 25% da dívida consolidada líquida, ou R$ 42,50 bilhões, no primeiro quadrimestre seguinte e eliminar o excedente até o término do segundo quadrimestre subsequente.

(B) 18% do excedente, ou R$ 2,88 bilhões, no primeiro quadrimestre seguinte e eliminar o restante até o término do segundo quadrimestre subsequente.

(C) 20% do excedente, ou R$ 3,20 bilhões, no primeiro quadrimestre seguinte, admitida a contratação de operação de crédito por antecipação de receita durante a recondução.

(D) 25% do excedente, ou R$ 4,00 bilhões, no primeiro quadrimestre seguinte e eliminar o restante até o término do terceiro quadrimestre subsequente.

(E) um terço do excedente, ou aproximadamente R$ 5,33 bilhões, no primeiro quadrimestre seguinte e eliminar o restante até o término do segundo quadrimestre subsequente.

---

76. No último ano do mandato de certo Estado, o Governador consulta a Procuradoria-Geral do Estado sobre a legalidade das seguintes medidas:

- Contratar operação de crédito por antecipação de receita orçamentária (ARO) em 5 de janeiro;
- Obter empréstimo, para financiar investimentos, do banco estatal por ele controlado;
- Receber antecipadamente de empresa estatal controlada valores que não se referem a lucros ou dividendos; e
- Assumir obrigação com fornecedor, sem autorização orçamentária, para pagamento a *posteriori*.

Nos termos da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF),

(A) a assunção de obrigação com fornecedor, sem autorização orçamentária, para pagamento a *posteriori* não se equipara a operação de crédito, por não envolver instituição financeira.

(B) a ARO pode ser contratada no último ano do mandato, desde que seja liquidada, com juros e outros encargos incidentes, até o dia 10 de dezembro.

(C) o empréstimo do banco estatal controlado pelo Estado é admitido, pois se destina ao financiamento de investimentos, e não de despesas correntes.

(D) a ARO é vedada no último ano de mandato do Governador e, nos demais exercícios, só pode ser realizada a partir do décimo dia do início do exercício.

(E) o recebimento antecipado de valores da empresa estatal controlada é admitido, pois a vedação legal alcança apenas a antecipação de lucros e dividendos.

77. No âmbito do controle e fiscalização, a Lei Complementar nº 101/2000 (LRF) prevê várias situações em que os Tribunais de Contas devem emitir alerta aos Poderes ou órgãos sobre a possibilidade de descumprimento de parâmetros previstos na referida Lei. Nesse contexto, considere os seguintes cenários:

I. Ao final do primeiro bimestre de 202X é verificado que a realização da receita do Estado Gama poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais;

II. Os gastos com pensionistas do Município Leme ultrapassaram o limite definido em lei;

III. Identificaram-se três ocorrências na gestão do Estado Delta que comprometem os custos dos programas estatais de assistência social;

IV. O montante da concessão de garantia pela União Federal alcançou 85% do limite.

Conforme a LRF, o Tribunal de Contas responsável emitirá alerta nos casos

(A) III e IV, apenas.

(B) I, apenas.

(C) I, II e III, apenas.

(D) I e II, apenas.

(E) I, II, III e IV.

---

78. Em junho de 202X, último ano de mandato, o Governador de um Estado firmou contrato para a construção do estádio de futebol "Vibra Gol", com parcelas vencíveis em parte no próprio exercício e em parte no exercício seguinte. Na data da contratação, o Tesouro estadual dispunha de R$ 80,00 milhões em caixa. Os encargos e as despesas compromissadas a pagar até 31 de dezembro do exercício 202X somavam R$ 60,00 milhões, dos quais R$ 15,00 milhões correspondiam às parcelas da própria obra vencíveis no exercício. As parcelas vencíveis no exercício seguinte somavam R$ 30,00 milhões. Considere que não haverá outras entradas de recursos até o final do exercício e que todo o saldo de caixa é de recursos não vinculados.

No mesmo período, a unidade gestora do regime próprio de previdência dos servidores estaduais aplicou parte de suas disponibilidades, mantidas em conta separada, em títulos da dívida pública estadual adquiridos em condições de mercado.

Nos termos da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF),

(A) a contratação da obra afronta a LRF independentemente da disponibilidade de caixa, pois é vedado ao titular de Poder, nos dois últimos quadrimestres do mandato, contrair obrigação de despesa com parcelas a pagar no exercício seguinte.

(B) a contratação da obra é compatível com a LRF, pois, para fins da vedação, deduzem-se do caixa apenas as parcelas da própria obra vencíveis no exercício, o que resulta em disponibilidade superior às parcelas a pagar no exercício seguinte.

(C) a vedação de contrair obrigação de despesa sem suficiente disponibilidade de caixa não alcança a contratação, pois o contrato foi firmado no primeiro semestre do último ano de mandato, sujeitando-se à limitação de empenho e movimentação financeira.

(D) a aplicação das disponibilidades do regime próprio em títulos da dívida pública estadual, em condições de mercado, está regular.

(E) mantidos os demais valores, a contratação da obra seria compatível com a LRF se as parcelas vencíveis no exercício seguinte não ultrapassassem R$ 20,00 milhões.

---

79. Determinado Município reestrutura seu portal de transparência e os sistemas utilizados na execução orçamentária e financeira de seus Poderes e entidades para atender às regras de transparência pública.

Nos termos da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF),

(A) a Câmara Municipal e o instituto de previdência municipal, constituído sob a forma de autarquia, devem utilizar o sistema único de execução orçamentária e financeira mantido e gerenciado pelo Poder Executivo, resguardada a autonomia.

(B) a liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações da execução orçamentária refere-se à execução da despesa. As informações sobre a receita são divulgadas ao final de cada bimestre.

(C) quanto à despesa, os dados mínimos a serem disponibilizados abrangem o correspondente processo, o bem ou serviço fornecido e o procedimento licitatório. A identificação da pessoa jurídica beneficiada depende de liberação expressa dessa, para atendimento à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

(D) as versões simplificadas do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e do Relatório de Gestão Fiscal podem substituir as versões integrais desses documentos para fins de ampla divulgação em meios eletrônicos de acesso público.

(E) quanto à receita, deve ser publicada toda a receita das unidades gestoras, excluídos os recursos extraordinários, a partir da etapa da arrecadação.

80. Quanto ao Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e ao Relatório de Gestão Fiscal (RGF) de certo Estado, nos termos da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF),

(A) o RGF será publicado até sessenta dias após o encerramento do período a que corresponder, com amplo acesso ao público.

(B) o RREO será publicado até trinta dias após o encerramento de cada quadrimestre e corresponderá aos Poderes Executivo e Legislativo.

(C) os demonstrativos das disponibilidades de caixa em 31 de dezembro e da inscrição em restos a pagar integrarão o RGF do último quadrimestre.

(D) o RGF será emitido pelo Chefe do Poder Executivo em relatório único, que consolida as informações de todos os Poderes e órgãos do ente.

(E) as projeções atuariais dos regimes de previdência acompanharão todos os RREO do exercício.

Custos no Setor Público

81. No âmbito da contabilidade de custos no setor público, quanto aos centros de responsabilidade,

(A) têm como critério predominante de definição o volume de recursos orçamentários consignados a cada unidade na lei orçamentária anual.

(B) são definidos e estruturados pelo profissional da contabilidade responsável pelo sistema de informação de custos, a partir dos dados disponíveis nos sistemas estruturantes.

(C) a entidade deve possuir mais de um centro de responsabilidade, de modo a assegurar a segregação de funções na apuração dos custos.

(D) são definidos e estruturados pela alta administração, sendo a estrutura organizacional da entidade o fator predominante para sua definição.

(E) correspondem às atividades executadas pela entidade, de modo que cada atividade deve constituir um centro de responsabilidade distinto.

82. Em determinado mês, um hospital estadual adquiriu, a prazo, medicamentos para estoque, consumiu parte desses medicamentos no atendimento a pacientes, perdeu um lote de vacinas em razão de pane elétrica imprevisível, alheia à operação normal do hospital, e adquiriu um equipamento médico de valor relevante. O pagamento ao fornecedor dos medicamentos ocorreu no mês seguinte.

Nesse caso,

(A) a aquisição dos medicamentos a prazo é gasto, e o equipamento médico deve ser reconhecido integralmente como custo do mês da aquisição.

(B) os medicamentos adquiridos são investimento, seu consumo é custo, o pagamento ao fornecedor é desembolso, e a perda das vacinas não é custo.

(C) a aquisição dos medicamentos para estoque é custo do mês, pois o fato gerador do custo é a entrada do bem no patrimônio da entidade hospitalar.

(D) o equipamento médico é investimento, e a perda das vacinas integra o custo dos serviços de imunização do mês.

(E) o custo dos medicamentos consumidos deve ser reconhecido no mês do pagamento ao fornecedor, quando ocorre o desembolso.

83. Uma Secretaria de Saúde definiu os seguintes objetos de custo:

I. Consultas ambulatoriais prestadas à população.

II. Serviços de manutenção de veículos prestados a outros centros de responsabilidade da própria Secretaria.

III. Programa de governo previsto no plano plurianual.

IV. Medicamentos distribuídos gratuitamente à população.

Corresponde a objeto de custo final o que consta em

(A) I, II, III e IV.

(B) I, apenas.

(C) I e II, apenas.

(D) I e III, apenas.

(E) I e IV, apenas.

84. Certo Estado está em fase inicial de implantação de seu sistema de custos. A Secretaria de Educação pretende, futuramente, comparar o custo por aluno entre escolas de diferentes regionais e avalia a adoção do custeio baseado em atividades (ABC).

Nesse caso,

(A) na comparação de objetos de custo intermediários entre unidades, sendo discricionário o método de custeio, cada unidade pode ter modelo de gerenciamento próprio.

(B) recomenda-se adotar o custeio por absorção à medida que o modelo avance em maturidade, ainda que seja irrelevante atribuir os custos indiretos.

(C) recomenda-se o custeio direto nos estágios iniciais e, para comparar objetos de custo finais entre unidades, o custeio por absorção integral.

(D) o ABC é um dos principais métodos de custeio e constitui alternativa aos custeios por absorção parcial e integral.

(E) admitem-se refinamentos do modelo que alterem o método de custeio adotado, sem necessidade de documentar e explicar os efeitos da mudança.

---

85. O centro de apoio de tecnologia da informação (TI) de uma Secretaria de Estado incorreu, em determinado mês, em custo de R$ 120.000,00, alocado aos centros de responsabilidade finalísticos A, B e C pelo número de chamados atendidos, direcionador que guarda relação de causa e efeito com o consumo dos serviços de TI.

No mês, foram atendidos 300 chamados do centro A, 500 do centro B e 200 do centro C. Os custos diretos dos centros A, B e C totalizaram, respectivamente, R$ 200.000,00, R$ 150.000,00 e R$ 50.000,00, e as entregas do centro A corresponderam a 4.000 atendimentos ao público.

Considerando apenas esses custos, o custo unitário do atendimento prestado pelo centro A foi de

(A) R$ 236,00

(B) R$ 59,00

(C) R$ 80,00

(D) R$ 65,00

(E) R$ 60,00

---

86. Uma escola técnica municipal oferece diversos cursos, entre eles o curso X, adotado como objeto de custo. No mês de referência, o relatório gerencial de distribuição de gastos apresentou a seguinte composição, em reais (R$):

- Pessoal Docente com dedicação integral ao curso: 60.000,00
- Insumos didáticos utilizados e identificados por turma do referido curso: 8.000,00
- Remuneração da Diretoria Acadêmica da escola: 15.000,00
- Consumo de energia elétrica da estrutura escolar: 6.000,00
- Encargo de depreciação de ativos imobilizados alocados em ambiente de uso exclusivo do curso: 4.000,00
- Contrato de manutenção e limpeza predial do prédio escolar: 5.000,00

O custo direto do curso X no mês foi de

(A) R$ 98.000,00

(B) R$ 87.000,00

(C) R$ 72.000,00

(D) R$ 78.000,00

(E) R$ 68.000,00

---

87. Um restaurante popular público tem custos fixos mensais de R$ 150.000,00 e custo variável de R$ 6,00 por refeição, e cobra tarifa de R$ 3,00 por refeição. Em determinado mês, a produção caiu de 50.000 refeições, no mês anterior, para 30.000 refeições, volumes situados dentro do intervalo relevante.

Com a produção de 30.000 refeições, o custo unitário total da refeição, considerados todos os custos incorridos no mês, foi de

(A) R$ 11,00

(B) R$ 9,00

(C) R$ 6,00

(D) R$ 8,00

(E) R$ 5,00

88. Um Auditor de Finanças e Controle, ao realizar uma auditoria em uma entidade de pequeno porte pertencente à estrutura do governo estadual, constatou a ausência de modelo de gerenciamento de custos e sistema de informação de custos. Constatou, também, ausência de iniciativas para implantá-los. O responsável pela entidade estadual auditada, ao ser questionado sobre o assunto, alegou possuir base de dados simplificada e, por isso, não ter implantado modelo de gerenciamento de custos nem sistema de informação de custos. O responsável reforçou, em sua fala, que a base de dados simplificada atendia às necessidades da entidade, por ser de pequeno porte.

Ao aprofundar os estudos sobre a matéria, o Auditor verificou que

(A) na entidade de pequeno porte, a geração de informação física, relevante para o cálculo do custo unitário, é condição para implantar o sistema de informação de custos.

(B) admitem-se planilhas eletrônicas no sistema de informação de custos em base simplificada, dispensada a rastreabilidade quando assegurada a conformidade dos dados.

(C) a implantação do modelo deve ser sistemática e gradual, podendo a entidade de pequeno porte desconsiderar os critérios de transparência e controle social.

(D) o porte da entidade ou a base de dados simplificada não justificam a ausência de iniciativas para a implantação do modelo de gerenciamento e sistemas de custos.

(E) a estimativa do custo de instalação, treinamento, operação e manutenção do sistema de informação de custos é feita durante a sua implantação.

---

89. Quanto ao sistema de custos e às funções e responsabilidades na geração e no uso da informação de custos no setor público,

(A) cabe ao profissional da contabilidade responsabilizar os gestores pela qualidade dos dados e pelo uso da informação nas decisões.

(B) sistema de custos e sistema de informação de custos são expressões sinônimas, que designam o conjunto estruturado que registra, processa e evidencia os custos.

(C) os órgãos de controle são os principais usuários da informação de custos e, por isso, demandam relatórios customizados.

(D) recomenda-se a divulgação de relatório de custos em base regular, com periodicidade mínima semestral, acompanhado de notas sobre o modelo de gerenciamento de custos adotado.

(E) a geração da informação de custos cabe ao profissional da contabilidade, e a fidedignidade dos dados na origem, aos gestores das transações registradas.

---

90. No desenvolvimento do modelo de gerenciamento de custos de uma Secretaria estadual, foram realizadas, não necessariamente nesta ordem, as seguintes ações: execução de projeto piloto; definição dos centros de responsabilidade e dos objetos de custo; análise das informações de custos para revisão do fluxo do modelo; estudo dos processos e escolha do sistema de acumulação, do método de custeio e das bases de mensuração; *benchmarking* com entidades que já desenvolveram modelos de custos com finalidade semelhante; e capacitação da equipe.

Um Auditor de Controle Interno, analisando as etapas que perfizeram a construção desse modelo de gerenciamento de custos, concluiu que

(A) a escolha do sistema de acumulação, do método de custeio e das bases de mensuração ocorre na estruturação, e o projeto piloto é boa prática da implantação.

(B) a revisão do fluxo do modelo, a partir da análise das informações de custos geradas, é boa prática da etapa de implantação.

(C) o *benchmarking* com outras entidades é boa prática da etapa de gestão, por depender de informações de custos já geradas e analisadas pelo próprio modelo implantado.

(D) a definição dos centros de responsabilidade e dos objetos de custo integra a etapa de implantação, sendo realizada após a capacitação da equipe.

(E) o projeto piloto é boa prática da etapa de estruturação, devendo preceder a escolha do método de custeio e das bases de mensuração.

91. A lavanderia de um hospital público tem custo de R$ 9,00 por quilograma de roupa processada, composto por R$ 4,50 de custos variáveis e R$ 4,50 de custos fixos alocados. Dos custos fixos alocados, R$ 3,00 por quilograma deixariam de existir caso o serviço fosse terceirizado, e R$ 1,50 referem-se à estrutura comum do hospital, que permaneceria inalterada. Uma empresa especializada propôs executar o serviço por R$ 8,00 por quilograma, mantidos o volume e a qualidade.

Considere custo evitável aquele que deixa de existir com a terceirização.

Considerando exclusivamente os custos e as condições informados, a decisão economicamente adequada, com a respectiva justificativa, é

(A) manter a produção interna, pois o custo evitável, formado pelos custos variáveis e pela estrutura comum, é de R$ 6,00 por quilograma.

(B) terceirizar, pois o preço proposto é inferior ao custo pleno de R$ 9,00 por quilograma, com economia de R$ 1,00 por quilograma.

(C) manter a produção interna, pois o custo evitável de R$ 7,50 por quilograma é inferior ao preço proposto em R$ 0,50 por quilograma.

(D) manter a produção interna, pois a terceirização elevaria o custo em R$ 3,50 por quilograma, diferença entre o preço proposto e o custo variável.

(E) terceirizar, pois os custos fixos eliminados, de R$ 4,50 por quilograma, superam a diferença entre o preço proposto e o custo variável.

---

92. Em março, a despesa liquidada de um centro de responsabilidade estadual totalizou R$ 510.000,00, com a seguinte composição, em reais (R$):

Aquisição de material para estoque	80.000,00
Aquisição de equipamento	120.000,00
Serviços de limpeza do mês	60.000,00
Folha de pagamento do mês	240.000,00
Despesa de exercícios anteriores (serviço prestado no exercício anterior)	10.000,00

No mesmo mês, foram registrados, sem execução orçamentária, o consumo de material do estoque (R$ 50.000,00), a depreciação (R$ 15.000,00) e a apropriação mensal do 13º salário (R$ 20.000,00), não incluída na folha de pagamento do mês.

Considerando apenas essas informações, o custo do centro de responsabilidade em março foi de

(A) R$ 350.000,00

(B) R$ 510.000,00

(C) R$ 365.000,00

(D) R$ 385.000,00

(E) R$ 415.000,00

Tecnologia Aplicada à Contabilidade

93. Uma Assembleia Legislativa contratou sistema próprio de execução orçamentária e financeira, distinto daquele utilizado pelos demais Poderes e órgãos estaduais. O sistema está integrado, sem intervenção humana, aos sistemas estruturantes da Casa, como folha de pagamento, controle patrimonial, almoxarifado e compras e contratações. A empresa contratada desenvolveu funcionalidade que mantém as informações orçamentárias e financeiras da Assembleia disponíveis *on-line* para *download*, de modo que os demais órgãos, querendo, possam obtê-las para consolidar os dados orçamentários e financeiros do Estado.

Nesse caso, o padrão do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle (SIAFIC) adotado pela Assembleia Legislativa está

(A) adequado, porque a autonomia administrativa e financeira do Poder Legislativo lhe assegura manter sistema próprio e autônomo de execução orçamentária e financeira, desde que observado o plano de contas aplicável ao setor público.

(B) inadequado, porque o SIAFIC deve ser único para cada ente federativo e utilizado por todos os seus Poderes e órgãos, sendo vedada a existência de mais de um SIAFIC no mesmo ente.

(C) inadequado, porque a consolidação não pode depender de download facultativo pelos demais órgãos, devendo a Assembleia transmitir obrigatoriamente seus dados ao órgão responsável pela consolidação das contas do Estado, hipótese em que o padrão estaria adequado.

(D) adequado, porque a comunicação automática com os sistemas de folha, patrimônio, almoxarifado e contratações caracteriza o sistema como integrado.

(E) inadequado, porque é vedada a integração do SIAFIC com sistemas estruturantes, cujas funcionalidades devem ser executadas por módulos do próprio SIAFIC.

94. Em razão da alta rotatividade de servidores, o Departamento de Contabilidade de um Estado criou no SIAFIC um só usuário para o departamento, compartilhado pela equipe, para evitar sucessivos cadastramentos e descadastramentos. Sobre a regularidade da medida, manifestaram-se:

- O Chefe do Departamento afirmou que a criação do usuário genérico do departamento é regular.
- O Chefe da Consultoria Jurídica afirmou que o usuário do departamento seria admissível, desde que o acesso da equipe se desse pelo certificado digital do tipo e-CNPJ do órgão.
- O Analista Financeiro afirmou que o usuário não poderia ter sido criado, pois o cadastramento no SIAFIC é individual, vedada a criação de usuários genéricos sem a identificação por CPF.

Nesse contexto, está(ão) correto(s) APENAS o

(A) Chefe do Departamento e o Chefe da Consultoria Jurídica, porque a vedação a usuários genéricos não se aplica a usuários vinculados a unidades administrativas, criados pelo próprio órgão.

(B) Chefe do Departamento, porque, em unidades com alta rotatividade, admite-se usuário vinculado à unidade, desde que as operações sejam registradas em log.

(C) Chefe da Consultoria Jurídica, porque o acesso pode se dar por certificado digital, e o e-CNPJ do órgão supre a identificação individual do usuário.

(D) Chefe da Consultoria Jurídica e o Analista Financeiro, porque o decreto veda usuários sem identificação, mas admite, como alternativa ao CPF, a identificação da unidade por e-CNPJ.

(E) Analista Financeiro, porque o cadastramento é individual, com código de identificação próprio e intransferível, vedada a criação de usuários genéricos sem a identificação por CPF.

---

95. Auditoria realizada em um SIAFIC estadual constatou o seguinte:

- As correções de lançamentos são efetuadas por meio de novos registros, preservado o registro original;
- O sistema dispõe de ferramenta que permite refazer lançamentos em momento posterior ao fato, mantida a numeração sequencial;
- Parte dos registros contábeis é gerada apenas por ocasião da exportação mensal de saldos para a prestação de contas; e
- Em 20 de dezembro, o balancete de novembro ainda estava aberto a registros.

A auditoria concluiu corretamente que

(A) o prazo máximo para o registro dos atos de gestão orçamentária e financeira do exercício anterior, inclusive a inscrição de restos a pagar, encerra-se em 30 de março.

(B) as correções por novos registros, preservado o registro original, e o balancete de novembro aberto a registros em 20 de dezembro atendem ao padrão mínimo.

(C) a ferramenta que permite refazer lançamentos em momento posterior ao fato é admitida, desde que preservada a numeração sequencial dos registros.

(D) a geração de registros por ocasião da exportação mensal de saldos atende ao padrão mínimo, desde que os saldos exportados sejam conciliados.

(E) o prazo máximo de disponibilidade do SIAFIC para os ajustes necessários à elaboração das demonstrações contábeis do exercício anterior encerra-se no último dia de fevereiro.

---

96. Um Auditor foi designado para avaliar o portal de transparência de um Estado quanto à divulgação de informações sobre a execução orçamentária e financeira relacionadas ao padrão mínimo de qualidade do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle (SIAFIC).

No trabalho, verificou que os dados da execução orçamentária e financeira são publicados no primeiro dia útil subsequente à data do registro contábil no SIAFIC, que o portal de transparência exige cadastro prévio e senha para a consulta e que não há divulgação do número de inscrição no CPF dos servidores beneficiários dos pagamentos da folha de pessoal.

Considerando os achados e o padrão mínimo de qualidade do SIAFIC, é correto afirmar:

(A) os desembolsos independentes da execução orçamentária estão dispensados de divulgação, por não transitarem pelo orçamento do ente.

(B) a divulgação no primeiro dia útil subsequente ao registro contábil descumpre o requisito de tempo real, que exige disponibilização no próprio dia do registro.

(C) a omissão do CPF dos servidores na divulgação da folha de pagamento descumpre o padrão mínimo, que exige a identificação de todos os beneficiários de pagamentos.

(D) a divulgação atende ao requisito de tempo real, mas a exigência de cadastro e senha descaracteriza o meio eletrônico de amplo acesso público.

(E) as informações sobre o lançamento das receitas devem ser divulgadas de forma individualizada por contribuinte, independentemente do sigilo fiscal.

97. O Diretor do Departamento de Contabilidade da Secretaria da Fazenda do Estado Alfa pretende implantar um sistema de informação, de modo a apurar o custo de cada centro de responsabilidade com dados contábeis automaticamente validados e fidedignos, integrados a partir do SIAFIC e dos sistemas de folha de pagamento e de controle patrimonial.

Atende ao objetivo do Diretor um modelo de armazém de dados alimentado por

(A) consultas OLAP executadas diretamente sobre os sistemas de origem, com a validação dos dados restrita aos painéis de visualização exibidos aos usuários.

(B) atualizações diretas dos sistemas de origem, transação a transação, com a alteração dos registros históricos a cada estorno ou retificação de lançamento efetuado no SIAFIC.

(C) ferramenta de mineração de dados, que dispensa a integração dos sistemas de origem e corrige os lançamentos inconsistentes diretamente nas bases do SIAFIC.

(D) cópia integral e periódica das bases dos sistemas de origem, sem etapa de transformação, com as regras de consistência aplicadas pelos usuários na elaboração de cada relatório.

(E) processo de extração, transformação e carga (ETL) a partir dos sistemas de origem, com regras de consistência aplicadas na transformação e preservação dos dados históricos.

98. Em 2026, a equipe de auditoria examinou os registros contábeis efetuados em 2025 no SIAFIC de um Estado e constatou as seguintes situações:

I. Nos lançamentos de liquidação de despesas com fornecedores, o histórico não é redigido por extenso. O sistema utiliza código de histórico padronizado, acompanhado do número do processo e da nota fiscal que comprovam cada transação.

II. Nos lançamentos de pagamento, o sistema grava o débito e o crédito como registros eletrônicos independentes, sem número de controle que os vincule ao mesmo lançamento contábil. Na conferência, a contabilidade associa os registros pela coincidência de data e de valor.

III. Por solicitação formal da Contadoria-Geral do Estado e com autorização do órgão responsável pelo gerenciamento do SIAFIC, a empresa contratada alterou o código-fonte do sistema para que as cauções em dinheiro recebidas de contratados passassem a ser apresentadas como receita orçamentária, para facilitar o controle da execução do orçamento.

IV. O Estado contratou licenças de *software* de fornecedor estrangeiro, com preço fixado em dólares. As obrigações e os pagamentos foram registrados em reais, convertidos pela taxa de câmbio da data de referência prevista na norma contábil aplicável.

Atendem ao padrão mínimo de qualidade do SIAFIC as situações descritas APENAS em

(A) I e II.

(B) I e IV.

(C) II e III.

(D) I, III e IV.

(E) II, III e IV.

99. Um contador analisou lançamentos registrados no SIAFIC de um órgão estadual. Considerando a segregação das naturezas de informação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), seria aceito por um controle automatizado dessa segregação no SIAFIC o lançamento a débito em

(A) Controle da Disponibilidade de Recursos e crédito em Previsão Inicial da Receita.

(B) Caixa e Equivalentes de Caixa e crédito em Receita Realizada.

(C) Crédito Disponível e crédito em Crédito Empenhado a Liquidar.

(D) Crédito Empenhado Liquidado a Pagar e crédito em Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo.

(E) Uso de Material de Consumo e crédito em Disponibilidade por Destinação de Recursos Comprometida por Empenho.

100. A equipe de análise de dados da Secretaria da Fazenda de um Estado elabora painel gerencial para acompanhar a evolução mensal da receita corrente líquida nos últimos 36 meses. O painel deve permitir verificar se a receita vem crescendo ou diminuindo, identificar os meses em que sua trajetória mudou de direção e avaliar se o comportamento recente pode reduzir a margem em relação aos limites de despesa com pessoal e de endividamento, que têm a receita corrente líquida como parâmetro.

De acordo com as boas práticas de visualização de dados, é adequado representar essa informação em

(A) gráfico de linhas, porque preserva a ordem cronológica dos 36 meses e evidencia a tendência, as oscilações e as mudanças de patamar da receita.

(B) gráfico de pizza, porque mostra a participação de cada mês no total do período e permite identificar os meses de maior e de menor receita.

(C) histograma, porque agrupa os valores mensais em faixas de receita e permite acompanhar a evolução da arrecadação ao longo dos 36 meses.

(D) diagrama de caixa, porque resume a mediana e os quartis dos valores mensais e permite acompanhar a tendência da receita mês a mês.

(E) mapa temático (coroplético), porque distribui a receita entre as regiões do Estado e permite comparar a arrecadação de cada região ao longo dos 36 meses.